

Nº 364 /10- PGJ**87º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 2010**

O Procurador-Geral de Justiça e Presidente da Comissão do 87º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público – 2010, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no artigo 11 - § 2º do Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, **AVISA** que faz publicar as questões objetivas da prova preambular do 87º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público – 2010, realizada em 23 de maio de 2010, e os respectivos gabaritos.

VERSÃO 01**DIREITO PENAL**

1. Assinale a alternativa correta:
 - a) ocorre a chamada adequação típica mediata quando o fato se amolda ao tipo legal sem a necessidade de qualquer outra norma.
 - b) o princípio da insignificância incide diretamente sobre a punibilidade do agente.
 - c) a exigência de um conteúdo material do crime não se satisfaz com a simples subsunção formal das condutas humanas.
 - d) a constitucionalização do Direito Penal limita-se à valorização do princípio da legalidade estrita e ao conteúdo formal do princípio da reserva legal.
 - e) a ultratividade *in mellius* da lei penal significa que a lei posterior aplica-se a eventos passados, salvo quando ela beneficia o réu.

2. A exposição de motivos da Parte Geral do Código Penal Brasileiro, ao referir-se à finalidade da individualização da pena, à vista de sua necessidade e eficácia para *reprovação* e *prevenção* do crime, afirma que “nesse conceito se define a Política Criminal preconizada no Projeto, da qual se deverão extrair todas as suas lógicas conseqüências”. A partir de tal afirmativa, assinale a alternativa correta:
 - a) o Código Penal Brasileiro adotou a concepção da pena como imperativo categórico, a qual se amolda à teoria da prevenção geral negativa.
 - b) o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da retribuição.
 - c) a concepção da pena como medida de prevenção de delitos, acolhida pelo Código Penal (art. 59), amolda-se às chamadas teorias absolutas.
 - d) o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da prevenção especial.
 - e) o Código Penal adotou como um dos fundamentos da aplicação da pena o princípio da prevenção geral (art. 59), preconizado pelas teorias relativas.

3. Assinale a alternativa correta, no que se refere ao procedimento de aplicação da pena:
 - a) os motivos determinantes do crime, como circunstância judicial, preponderam sobre as causas de aumento ou diminuição de pena.
 - b) as causas de aumento de pena incidem em fase posterior à consideração das agravantes e atenuantes.
 - c) na fixação da pena-base, o juiz levará em conta a eventual reincidência do réu.

- d) segundo entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, a quantidade das circunstâncias atenuantes pode fazer a pena-base recuar para aquém do mínimo legal.
- e) a menoridade relativa constitui causa obrigatória de diminuição de pena, a incidir na terceira etapa da aplicação da pena.
4. Assinale a alternativa incorreta:
- a) segundo o princípio da especialidade, a norma específica derroga a norma geral, ainda que aquela contenha conseqüências penais mais gravosas.
- b) segundo o princípio da consunção, na hipótese de crime progressivo, as normas que definem crimes mais graves absorvem as de menor gravidade.
- c) o resultado da ação não pode ser atribuído ao agente na hipótese da existência de causa absolutamente independente, salvo se esta for preexistente.
- d) nos crimes comissivos por omissão, o agente, que possui o especial dever de agir, abstem-se dessa atuação.
- e) nos crimes de perigo abstrato, o perigo é objeto de presunção *juris et de jure*.
5. Assinale a alternativa correta:
- a) a pena de detenção não pode ser cumprida em regime inicialmente fechado.
- b) o condenado, não reincidente, a pena superior a oito anos de reclusão pode começar a cumpri-la em regime semi-aberto.
- c) na hipótese de concurso formal imperfeito, aplica-se ao agente a pena mais grave das cabíveis ou, se iguais, só uma delas, aumentada de 1/6 até 1/2.
- d) a prescrição intercorrente tem como baliza a pena aplicada na sentença condenatória, podendo abranger o período entre a sentença e o recebimento da denúncia.
- e) é facultado ao juiz substituir a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, imposta ao réu reincidente pela prática do mesmo crime ou de diversa espécie, se constituir medida socialmente recomendável.
6. Assinale a alternativa correta:
- a) crime putativo por erro de tipo pressupõe a suposição errônea do agente sobre a existência da norma penal.
- b) relativamente à tentativa, o Código Penal brasileiro adotou a teoria subjetiva.
- c) crimes funcionais impróprios são aqueles que podem revestir-se de parcial atipicidade.
- d) crimes subsidiários são aqueles para cuja caracterização se faz imprescindível outra norma definidora de suas elementares.
- e) dá-se a ocorrência de crime falho quando o agente, por interferência externa, não consegue praticar todos os atos executórios necessários à consumação.
7. Assinale a alternativa correta:
- a) a possibilidade de redução da pena, nos termos da Lei n. 9.613/98 ("Lavagem de dinheiro"), condiciona-se à colaboração espontânea do partícipe com os autores, vedado idêntico benefício para o co-autor.
- b) a possibilidade de redução da pena, prevista no art. 29, § 1º, do Código Penal, refere-se à participação e à co-autoria.
- c) na hipótese de excesso de legítima defesa involuntária, com erro inevitável, o agente responderá pelo resultado a título de culpa.
- d) nos delitos do *caput* e § 1º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 (Drogas), a possibilidade de redução da pena (§ 4º) condiciona-se ao fato de o agente, mesmo sem ostentar bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa.
- e) nos crimes previstos na Lei nº 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária), cometidos em quadrilha ou co-autoria, a possibilidade de redução da pena favorecerá o co-autor ou partícipe que revelar a trama delituosa à autoridade policial ou judicial, por meio de confissão espontânea.
8. Assinale a alternativa correta:
- a) no crime de estelionato, na modalidade fundamental, a obtenção da vantagem, a decorrer da fraude, deve sucedê-la ou, ao menos, ser com ela concomitante.

- b) no crime de apropriação indébita, constitui causa de aumento de pena (art. 168, § 1º, do Código Penal) o fato de o agente ter recebido a coisa na qualidade de ascendente ou descendente.
 - c) no crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque, o pagamento do título após o recebimento da denúncia impossibilita o prosseguimento da ação penal.
 - d) para a caracterização do crime de apropriação indébita, constitui expressa disposição legal a exigência de prévia prestação de contas, na hipótese de relação contratual entre acusado e vítima.
 - e) o crime de estelionato diferencia-se do crime de furto qualificado pela fraude porque neste a vítima entrega o bem após ser ludibriada pelo agente.
9. Assinale a alternativa correta:
- a) o ato de ter em depósito, no interior da própria residência, no exercício de atividade comercial, coisa que deve saber ser produto de crime de estelionato constitui crime de receptação na modalidade dolosa do art. 180, “caput”, do Código Penal.
 - b) o crime de receptação, nas modalidades dolosa ou culposa, pressupõe, por expressa disposição legal, a anterior prática de crime contra o patrimônio.
 - c) no crime de receptação, a modalidade privilegiada (art. 180, § 5º, c.c. art. 155, § 2º, do CP) só pode ser reconhecida quando se tratar da figura culposa do delito.
 - d) o crime de receptação imprópria implica necessariamente que o terceiro que adquire ou recebe a coisa esteja de boa-fé.
 - e) o perdão judicial aplica-se à receptação culposa, mesmo na hipótese de o réu ser reincidente.
10. Assinale a alternativa correta:
- a) para a caracterização do crime de lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP), é dispensável a previsibilidade do agente relativamente à morte da vítima.
 - b) na hipótese de subtração patrimonial mediante grave ameaça, da qual resulta de forma imprevista a morte da vítima, não se pode imputar ao agente a prática do crime de latrocínio (art. 157, § 3º, 2ª parte, do CP).
 - c) no crime de extorsão, a ação extorsionária consiste em constranger a vítima mediante violência ou grave ameaça; no crime de concussão, a ação não necessita guardar relação com a função pública ou a qualidade do agente.
 - d) o elemento subjetivo do delito de extorsão é o dolo, sendo prescindível o fim especial de agir.
 - e) é isento de pena o autor de crime de extorsão em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legal ou ilegal, seja civil ou natural.
11. Assinale a alternativa incorreta:
- a) no crime de homicídio, constitui causa especial de diminuição de pena a circunstância de ser praticado por motivo de relevante valor social, que se refere aos interesses e anseios da vida em sociedade.
 - b) constitui crime de homicídio culposo, por excesso, a hipótese de o agente policial acabar por levar a vítima à morte, após torturá-la para obter informação de que necessita.
 - c) o homicídio culposo na modalidade de imperícia consiste na prática de ação profissional ou técnica, por despreparo ou falta de conhecimentos, de que resulta a morte da vítima.
 - d) o crime de maus tratos contra idoso (Estatuto do Idoso), expondo a perigo sua integridade e saúde física ou psíquica, constitui modalidade típica de lei especial com figuras qualificadas pelo resultado.
 - e) constitui crime de violação de domicílio a entrada em aposento ocupado de habitação coletiva, pertencente a terceiro, contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito.
12. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:
- I - o crime de falsidade ideológica comporta modalidades comissivas e omissivas;
 - II - é possível a modalidade culposa do crime de falsificação de documento público;

- III – constitui crime de falsidade ideológica inserir dados inexatos em certidão de casamento verdadeira obtida junto ao cartório competente, mediante alteração dos dizeres, com o fim de prejudicar direito de terceiro;
- IV – o objeto material do crime de uso de documento falso constitui-se de papéis materialmente ou ideologicamente falsos.
- a) somente a III é verdadeira.
b) somente a I e III são verdadeiras.
c) somente a III e IV são verdadeiras.
d) somente a I e IV são verdadeiras.
e) somente a II e IV são verdadeiras.
13. Dos enunciados abaixo, referentes à Lei nº 11.343/06 (Drogas), aponte o único verdadeiro:
- a) no regime da Lei nº 11343/06, é possível a concessão de *sursis* aos réus condenados pela prática do delito do art. 33, “caput” (tráfico de drogas).
b) no regime da Lei nº 11.343/06, na fixação das penas, o juiz levará em conta, com preponderância sobre as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, a quantidade da droga e sua natureza, bem assim a personalidade e a conduta do agente.
c) constitui causa de aumento de pena, relativamente ao delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06), o fato de a infração ser cometida nas imediações de condomínios residenciais.
d) o crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11343/06) tem como descrição típica, à semelhança do crime do art. 288 do Código Penal (quadrilha ou bando), associarem-se mais de três pessoas para o fim de praticar qualquer dos crimes dos artigos 33, *caput*, e § 1º e 34 da Lei nº 11.343/06.
e) semear ou cultivar, para consumo pessoal e ainda que em pequena quantidade, plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de droga capaz de causar dependência física ou psíquica caracteriza modalidade do delito de tráfico de droga.
14. Assinale a alternativa correta:
- a) constitui causa de aumento de pena, nos crimes de disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo, sua prática por parte de integrantes das empresas de segurança privada e de transporte de valores.
b) o crime de omissão de cautela (art. 13 da Lei nº 10.826/03 – Lei do Desarmamento) sujeita o autor às penas de um a dois anos de detenção, na hipótese de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que qualquer cidadão se apodere de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua posse ou que sejam de sua propriedade.
c) o crime de posse irregular de arma de fogo (art. 12 da Lei nº 10.826/03) não distingue, no seu apenamento, se a arma, acessório ou munição são de uso permitido ou restrito.
d) com o advento da Lei nº 10.826/03, a contravenção de porte ilegal de arma, prevista no art. 19 da Lei das Contravenções Penais, passou a ter como objeto apenas munições em geral e armas brancas.
e) acionar munição em lugar habitado ou em via pública, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime, constitui a contravenção penal descrita no art. 28 da Lei das Contravenções Penais.
15. Assinale a alternativa correta:
- a) constitui crime de poluição, descrito no art. 54 da Lei nº 9.605/98 (Crimes ambientais), o ato de causar poluição de qualquer natureza, que resulte em danos à saúde humana, na mortandade de animais ou na destruição, ainda que não significativa, da flora.
b) os crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, não admitem a modalidade culposa.
c) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a colaboração do réu com os agentes de vigilância e controle ambiental constitui circunstância atenuante.

- d) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas partícipes do mesmo fato, mas não as que atuam como autoras ou co-autoras.
- e) constitui crime, previsto na Lei nº 9.605/98, a realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, para fins didáticos ou científicos, ainda que, para tanto, não existam recursos alternativos.
16. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:
- I – o ato de simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio da montagem de vídeo constitui crime definido na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em que só se procede mediante representação;
- II – o fato de privar adolescente de sua liberdade sem obedecer às formalidades legais (flagrante de ato infracional ou ordem escrita de autoridade judiciária) constitui crime previsto na Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade), que prevalece sobre norma correspondente da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- III – o fato de deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de adolescente ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão constitui crime previsto Lei nº 8.069/90 (ECA), que prevalece sobre a Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade);
- IV – nos crimes da Lei nº 4.898/65, a aplicação da sanção penal obedecerá às regras do Código Penal, podendo as penas ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- a) somente a III é verdadeira.
- b) somente a I e a IV são verdadeiras.
- c) somente a II e a III são verdadeiras.
- d) somente a IV é verdadeira.
- e) somente a III e a IV são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

17. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao inquérito policial:
- a) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente pode instaurar o inquérito policial a requerimento do ofendido.
- b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
- c) a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito policial.
- d) a autoridade policial pode indeferir o pedido de instauração de inquérito policial feito pelo ofendido.
- e) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, consolidado em Súmula Vinculante, o defensor do investigado pode ter acesso aos elementos de convencimento já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão da polícia judiciária, desde que digam respeito ao exercício da defesa e no interesse do seu representado.
18. Assinale a alternativa correta. A ação controlada:
- a) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, consistente em realizar interceptações telefônicas pela autoridade policial para identificar os suspeitos da autoria dessas infrações penais.
- b) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste em uma ordem judicial permitindo o acesso aos dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais dos suspeitos de tais condutas.
- c) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste na decretação judicial da apreensão ou sequestro bens, direitos ou valores do suspeito da autoria desses delitos.
- d) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo e consiste em retardar a intervenção policial do que se supõe fato praticado por organizações criminosas, desde que mantida sob observação e acompanhamento

- para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
- e) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, que depende de ordem judicial e visa a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise.
19. No processo comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente (art. 397, Código de Processo Penal) quando:
- a) a denúncia for inepta.
 - b) o autor da infração penal agiu manifestamente em legítima defesa.
 - c) não existirem suficientes indícios de autoria ou prova da materialidade do fato.
 - d) o Ministério Público for parte ilegítima para o exercício da ação penal.
 - e) houver dúvida sobre a sua inimizabilidade.
20. São princípios que regem a ação penal privada:
- a) disponibilidade e indivisibilidade.
 - b) obrigatoriedade e intranscendência.
 - c) indivisibilidade e obrigatoriedade.
 - d) oportunidade e indisponibilidade.
 - e) intranscendência e indisponibilidade.
21. Assinale a afirmativa incorreta, em relação à prisão preventiva:
- a) a prisão preventiva não é admitida nas contravenções penais e nos delitos culposos.
 - b) a prisão preventiva pode ser decretada, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
 - c) a apresentação espontânea do acusado à autoridade policial não impede a decretação da prisão preventiva.
 - d) admite-se a prisão preventiva nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que a infração penal seja dolosa e para garantir a execução das medidas urgentes para a proteção da mulher.
 - e) admite-se nos crimes dolosos, punidos com reclusão, desde que a pena mínima cominada seja igual ou superior a dois anos.
22. Assinale a alternativa incorreta. A liberdade provisória sem exigência de fiança, mediante termo do beneficiário de comparecer a todos os atos do processo onde sua presença for exigida, pode ser concedida:
- a) quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado pela legítima defesa.
 - b) na hipótese de o juiz verificar que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva.
 - c) quando o agente, por motivo de pobreza, embora afiançável a infração penal, não puder prestá-la.
 - d) pela autoridade policial nos casos de infração penal punida com detenção ou prisão simples.
 - e) se o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado por uma causa excludente da ilicitude.
23. Ocorre a derrogação da competência territorial:
- a) nos casos de conexão.
 - b) nos casos de continência.
 - c) na hipótese de prevenção.
 - d) quando o crime é praticado fora do território nacional, em embarcações e aeronaves.
 - e) na hipótese de desaforamento.

24. Assinale a alternativa correta, em relação à interceptação de comunicações telefônicas:
- não será admitida se a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
 - pode ser deferida para a investigação de infrações penais punidas no máximo com detenção.
 - deve ser concluída no prazo de dez dias, prorrogável por igual período.
 - somente é admitida no curso de uma investigação criminal.
 - o resultado da interceptação, acompanhado de auto circunstanciado, deve ser apensado nos autos do processo criminal, por decisão judicial, após o trânsito em julgado da sentença definitiva.
25. A regra da objetividade do depoimento (art. 213 do CPP) pressupõe que a testemunha:
- Não possa depor sobre o fato de que teve conhecimento por "*ouvir dizer*".
 - deponha apenas sobre o fato principal, vedado o testemunho de circunstâncias secundárias.
 - não manifeste opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
 - relate apenas os fatos passados, sem considerações futuras;
 - não possa se eximir da obrigação de depor.
26. Assinale a afirmativa correta. A transação penal pode ser proposta:
- ao autor de infração penal de menor potencial ofensivo que foi beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, pela transação penal;
 - ao autor da infração penal, pelo juiz de direito, de ofício, segundo entendimento consolidado em Súmula do Supremo Tribunal Federal, quando o membro do Ministério Público recusa injustificadamente a sua aplicação.
 - nas contravenções penais e nos crimes que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
 - nos crimes de competência da Justiça Militar.
 - ao autor de infração penal condenado, pela prática de crime, à pena de multa, por sentença definitiva.
27. No procedimento do júri, presentes indícios da autoria e prova da materialidade, se ao término da instrução do sumário de culpa ficar provado tecnicamente que o acusado é semi-imputável, o juiz deverá:
- pronunciá-lo.
 - absolvê-lo sumariamente.
 - impronunciá-lo.
 - remeter os autos para o juízo comum para a prolação da sentença.
 - declarar nulo o processo e remeter os autos para o juízo comum.
28. Encerrada a instrução criminal de um processo em que o acusado foi denunciado pelo crime de furto (art. 155, caput, do Código Penal), o juiz entende que estão presentes provas de que, na verdade, o delito praticado por aquele foi de receptação qualificada (art. 180, §1º, do Código Penal), fato não descrito na denúncia. Em consequência, o juiz deverá:
- proferir sentença condenatória pelo crime de receptação.
 - baixar os autos do processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, se manifeste e requeira prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.
 - dar ciência ao Ministério Público e designar novo interrogatório do acusado e audiência de debates e julgamento.
 - remeter os autos ao Ministério Público para proceder ao aditamento da denúncia, no prazo legal, e ouvir o defensor do acusado sobre a nova imputação.
 - dar ciência ao Ministério Público e à defesa da nova classificação jurídica da infração penal, proferindo, após, a sentença definitiva.
29. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao recurso de apelação no processo penal:

- a) o assistente da acusação pode interpor apelação, mesmo se o Ministério Público não recorreu.
 - b) o Promotor de Justiça pode desistir parcialmente do seu inconformismo nas razões recursais, mudando o seu entendimento firmado no ato de interposição do recurso.
 - c) no caso de concurso de agentes, a decisão favorável ao réu apelante pode aproveitar o corrêu, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.
 - d) a interposição da apelação admite os efeitos devolutivo, suspensivo, e extensivo.
 - e) no procedimento sumaríssimo, cabe o recurso de apelação da decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa.
30. Em relação ao *habeas corpus*, é correto afirmar que:
- a) sempre é possível a interposição de *habeas corpus* quando se tratar de punição disciplinar militar.
 - b) o *habeas corpus* liberatório é aquele interposto quando há uma ameaça de violência ou coação à liberdade de locomoção, por abuso de poder ou ilegalidade.
 - c) o promotor de justiça não pode figurar como autoridade coatora no pedido de *habeas corpus*;
 - d) não é cabível o *habeas corpus* quando a coação emanar de ato de particular.
 - e) o impetrante do *habeas corpus* não precisa ser representado por advogado.
31. É considerada nulidade relativa, que pode ser sanada:
- a) a falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.
 - b) a ilegitimidade de parte.
 - c) a falta de nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver.
 - d) a violação à incomunicabilidade dos jurados.
 - e) a suspeição do juiz.
32. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao regime disciplinar diferenciado:
- a) aplica-se ao preso provisório ou condenado que pratica crime doloso e provoca subversão da ordem ou disciplina interna.
 - b) aplica-se ao preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
 - c) somente o preso provisório ou condenado por crime hediondo ou assemelhado pode ser submetido ao regime disciplinar ou diferenciado.
 - d) tem como característica o recolhimento em cela individual.
 - e) pode ser aplicado a estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

DIREITO CIVIL

33. Assinale a alternativa correta:
- a) na usucapião urbana individual, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), não é possível levar-se a efeito aquisição de terreno inferior ao mínimo módulo urbano.
 - b) a usucapião rural consagrada no artigo 1.239 do Código Civil, que exige a chamada posse trabalho/moradia, não reclama *animus domini* da parte usucapiente.
 - c) a usucapião coletiva pode ter como objeto áreas particulares e públicas.
 - d) os bens dominicais, à luz do novo Código Civil Brasileiro, podem ser usucapidos.
 - e) na usucapião coletiva, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), como regra geral, a cada possuidor será atribuída, por decisão judicial, igual fração ideal de terreno.
34. Assinale a alternativa correta:
- a) o casamento daquele que não alcançou 16 (dezesseis) anos será permitido nos casos de gravidez.

- b) a autorização tácita dos representantes legais do incapaz, para fins de casamento, não possui relevância jurídica.
 - c) a idade núbil é 15 anos.
 - d) é pressuposto legal para o deferimento do pedido de suprimento judicial de idade para casamento a demonstração da maturidade do nubente que não atingiu a idade núbil.
 - e) a anulação do casamento daquele que não atingiu a idade núbil pode ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais e por seus ascendentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da cessação da incapacidade, no primeiro caso, e do casamento, nas demais hipóteses.
35. JOSÉ e MARIA doaram a sua única filha, LÚCIA, todos os imóveis de sua propriedade, reservando para o casal o usufruto dos bens. À época da doação, CARLOS, fruto de outro relacionamento de JOSÉ, já havia sido concebido. CARLOS, quando contava com cinco anos, representado por sua mãe, promoveu ação visando anular a doação efetivada por JOSÉ e MARIA a sua irmã LÚCIA.
- Assinale a alternativa correta:
- a) deve ser considerada inoficiosa a doação de $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens imóveis.
 - b) a doação não é nula, pois JOSÉ e MARIA ao instituírem o usufruto sobre os imóveis doados cumpriram a determinação legal de preservar renda suficiente para a subsistência do casal.
 - c) a doação é juridicamente inexistente.
 - d) a doação não é nula, pois os doadores podiam dispor do patrimônio, com reserva do usufruto para si, considerando que a doação ocorreu antes do nascimento de CARLOS.
 - e) é nula a doação da totalidade dos imóveis de propriedade de JOSE e MARIA a filha LÚCIA, pois os direitos do nascituro devem ser preservados.
36. Assinale a alternativa correta:
- a) os pressupostos para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica são: existência da pessoa jurídica, podendo se tratar de sociedade de fato; exaurimento do seu patrimônio social; abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
 - b) a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, diante da autonomia patrimonial de que goza a pessoa jurídica.
 - c) a desconsideração da personalidade jurídica não se aplica no Direito de Família.
 - d) o Ministério Público intervindo no processo como “custos legis” não possui legitimidade para requerer ao juiz que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
 - e) o Ministério Público intervindo no processo como “custos legis” não possui legitimidade para postular a desconsideração da personalidade jurídica, salvo existindo interesse de incapaz.
37. Assinale a alternativa correta:
- a) o princípio da autonomia privada, segundo o qual o sujeito de direito pode contratar com liberdade, está limitado à ordem pública e à função social do contrato.
 - b) a exigência da boa-fé se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.
 - c) segundo o entendimento sumular, a cláusula contratual limitativa de dias de internação hospitalar é perfeitamente admissível quando comprovado que o contratante do seguro saúde estava ciente do seu teor.
 - d) a função social justifica o descumprimento do contrato, com fundamento exclusivo na debilidade financeira.
 - e) os contratos atípicos não exigem a observância rigorosa das normas gerais fixadas no Código Civil, pois que nestes casos os contratantes possuem maior liberdade para contratar.
38. Assinale a alternativa correta:

- a) a abertura da sucessão ocorre com a distribuição do inventário dos bens deixados pelo “de cujus”.
 - b) realizada a partilha dos bens do falecido e havendo ainda dívidas, os herdeiros por elas respondem integralmente.
 - c) JOSÉ veio a falecer em decorrência de acidente de trânsito, sendo que seu irmão JOÃO, também vítima do mesmo acidente, sobreviveu por alguns dias, vindo a falecer. JOSÉ não possuía ascendentes, descendentes, cônjuge ou companheira, mas tão somente outros três irmãos. Aberta a sucessão e realizada a partilha, coube $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens por ele deixados a cada um dos irmãos.
 - d) aquele que pretender estabelecer disposições especiais sobre o seu enterro deverá fazê-lo, necessariamente, por meio de testamento público, cerrado ou particular.
 - e) o direito de representação, segundo estabelece o Código Civil, dá-se na linha ascendente e descendente, assim como na linha transversal, mas neste caso somente em favor dos filhos de irmãos do falecido.
39. Assinale a alternativa incorreta:
- a) a interpretação extensiva é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito quando não existir norma jurídica que regule a matéria.
 - b) o princípio geral de direito introduzido no direito positivo caracteriza-se como cláusula geral.
 - c) a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito são elementos de integração do direito.
 - d) a *analogia legis* é a analogia propriamente dita e a *analogia juris* é a que dá solução igual a duas hipóteses em virtude da mesma razão de direito.
 - e) a equidade é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito nos casos de lacuna da lei.
40. Assinale a alternativa correta:
- a) na linha colateral, o parentesco encerra-se no sexto grau, sendo, pois, para fins jurídicos, finito.
 - b) o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro, não se extinguindo com a dissolução do casamento ou da união estável.
 - c) o parentesco pode ser natural ou civil. O primeiro decorre dos laços biológicos, da consanguinidade. O segundo, de outra origem, sendo exemplo desta espécie de parentesco a inseminação artificial heteróloga.
 - d) o ato de reconhecimento de filho é nulo quando feito sob condição ou termo.
 - e) o castigo imoderado do filho pelo pai é causa de extinção do poder familiar.
41. Assinale a alternativa correta:
- a) as agências reguladoras, como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), consideradas autarquias sob regime especial, são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - b) quando o Código Civil estabelece que o Ministério Público velará pelas fundações, acaba por lhe autorizar uma ação efetiva de fiscalização tanto na esfera administrativa como judicial. Não obstante tal disposição legal, não está o membro do “Parquet” legitimado a ingressar com o procedimento tendente a extinguir a fundação.
 - c) o Código Civil considera como pessoas jurídicas de direito privado somente as associações, as sociedades e as fundações.
 - d) a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno pressupõe a ação ou omissão, culposa ou dolosa, dos seus agentes, o dano causado a terceiros e a relação de causalidade.
 - e) as organizações religiosas, os partidos políticos e as associações beneficentes, constituídas segundo leis anteriores, não ficaram sujeitas a se adaptarem à disposições do Código Civil de 2002.
42. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o pagamento espontâneo de dívida prescrita não pode ser repetido.
 - b) tratando-se de obrigação não suscetível de fracionamento, suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aos demais será estendida.
 - c) a prescrição e a decadência legal podem ser conhecidas de ofício pelo juiz. A prescrição pode ser renunciada. A decadência fixada em lei não pode ser objeto de renúncia.
 - d) o direito a alimentos, como é sabido, é imprescritível. Há previsão na lei civil, porém, estabelecendo que a pretensão para haver prestações alimentares estabelecidas judicialmente prescreve, a partir do vencimento, em cinco anos.
 - e) a responsabilidade dos assistentes dos relativamente incapazes e dos representantes legais das pessoas jurídicas, que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente, não é objetiva.
43. Assinale a alternativa incorreta:
- a) o Código Civil adota como regra a responsabilidade civil subjetiva.
 - b) o chamado “dano remoto” não é indenizável.
 - c) a responsabilidade civil do incapaz é subsidiária e a indenização correspondente é equitativa.
 - d) a responsabilidade civil do curador, tutor e pais em razão de atos praticados, respectivamente, pelos curatelados, pupilos e filhos menores, restringe-se aos danos materiais por estes causados a terceiros.
 - e) a indenização por dano moral prescinde da comprovação do dano material.
44. Assinale a alternativa correta:
- a) são exemplos de possuidor direto: o usufrutuário, o locador, o credor pignoratício.
 - b) o compossuidor só pode exercer atos possessórios sobre a sua parte ideal no bem.
 - c) o sucessor universal e o sucessor singular continuam de direito a posse do seu antecessor.
 - d) a posse turbada ou esbulhada pode ser autotutelada, sendo requisitos indispensáveis de tal espécie de defesa a imediatidade e a proporcionalidade.
 - e) o possuidor direto não pode defender sua posse contra o possuidor indireto.
45. Assinale a alternativa correta:
- a) os nascimentos, casamentos, divórcios e óbitos são averbados no Registro Civil de Pessoas Naturais.
 - b) o enteado ou a enteada poderá adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que assim requeira ao Oficial do Registro Civil. A averbação somente será autorizada caso haja concordância expressa do padrasto ou da madrasta.
 - c) a averbação é modalidade de ato registrário e tem caráter acessório.
 - d) os pais podem sempre escolher o prenome dos filhos.
 - e) no caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, será feito um assento com os elementos que couberem e com remissão ao óbito.
46. Assinale a afirmativa correta:
- a) a fiscalização de entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso compete exclusivamente ao Ministério Público.
 - b) a internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental pode ser voluntária ou involuntária, sendo vedada a internação compulsória.
 - c) segundo o Estatuto do Idoso, as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título extrajudicial, nos termos da lei processual civil.
 - d) a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, estabelecida no Estatuto do Idoso, é assegurada apenas quando o Idoso figurar como autor.
 - e) a internação psiquiátrica involuntária da pessoa portadora de transtorno mental somente poderá ser autorizada em procedimento judicial, instruído com laudo médico

circunstanciado que caracterize os seus motivos, devendo o Ministério Público intervir no feito como “custos legis”.

47. Assinale a alternativa incorreta:
- a) falecendo o usufrutuário, o direito de usufruto transmite-se aos seus herdeiros.
 - b) não existe usufruto sucessivo.
 - c) no usufruto o direito de crescer depende de estipulação expressa.
 - d) é possível o usufruto simultâneo.
 - e) o nu-proprietário, observados os direitos do usufrutuário, pode dispor do bem que se encontra gravado com o usufruto.
48. Assinale a alternativa incorreta:
- a) não é possível executar provisoriamente sentença estrangeira.
 - b) a execução da sentença estrangeira pressupõe homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - c) as sentenças estrangeiras meramente declaratórias do estado de pessoas dependem de homologação.
 - d) o *exequatur* da carta rogatória somente será concedido se não contrariar a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes.
 - e) será permitido o novo casamento no Brasil, desde que os nubentes façam juntar na habilitação matrimonial a sentença do divórcio proferida no estrangeiro há mais de um ano, devidamente traduzida, em língua portuguesa, por intérprete autorizado ou juramentado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49. Sobre recursos é correto afirmar-se:
- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, entretanto, fica condicionado à anuência do recorrido.
 - b) O recurso interposto por um dos litisconsortes não tem condão de aproveitar aos demais.
 - c) A insuficiência no valor do preparo não importa em deserção, ainda que o recorrente seja intimado para supri-lo.
 - d) Os Estados, o Ministério Público, a União, os Municípios, assim como as respectivas autarquias, não estão dispensados de preparar seus recursos.
 - e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida, mas somente no que tiver sido objeto do recurso.
50. É correto afirmar em sede de embargos declaratórios:
- a) Que a decisão proferida em decorrência de sua interposição não se integra à decisão omissa, porquanto a natureza jurídica desse recurso é tão somente a de esclarecer a decisão embargada.
 - b) Que a sua interposição não interrompe o prazo de apelação.
 - c) Podem, casualmente, deter caráter infringente, de molde a permitir a impressão de efeitos modificativos no bojo da decisão omissa, contraditória ou materialmente incorreta.
 - d) Se manejados com o intuito de suscitar prequestionamento, na eventualidade de o órgão julgador insistir na omissão, é cabível a imposição da multa de que trata o parágrafo único do artigo 538, do Código de Processo Civil.
 - e) O Ministério Público não detém a prerrogativa discriminada no artigo 188 do Código de Processo Civil (prazo em dobro), quando agitar embargos declaratórios com a finalidade de aviar recursos especial e/ou extraordinário, eis que a dilação do prazo recursal reside apenas nas instâncias ordinárias.
51. Marque a alternativa correta:
- a) O possuidor tem direito à retenção por benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.

- b) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no de turbacão.
 - c) Na pendência do processo possessório, é permitido, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio.
 - d) Para efeitos de concessão de liminar, o Código de Processo Civil não faz distinção entre posse nova e posse velha.
 - e) Cabe liminar na ação possessória intentada no prazo de seis meses da violação.
52. Os embargos do devedor, na ação de execução por título extrajudicial contra devedor solvente:
- a) Podem ser opostos independentemente de segurança do juízo.
 - b) Podem ser opostos somente após seguro o juízo.
 - c) Em regra, terão efeito suspensivo.
 - d) Nunca terão efeito suspensivo.
 - e) Nenhuma das anteriores.
53. A sentença no procedimento de jurisdição voluntária poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos:
- a) De ofício pelo Juiz, a qualquer tempo, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
 - b) A requerimento do interessado, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
 - c) A requerimento do interessado, por haver esquecido de juntar prova documental relevante.
 - d) A requerimento do Ministério Público, na condição de fiscal de lei.
 - e) A requerimento das partes, no prazo recursal, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
54. Assinale a alternativa correta:
- a) O juiz deve indeferir o pedido de produção de prova testemunhal quando já houver prova documental apta a provar a veracidade da alegação de fato feita pela parte.
 - b) Não é lícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
 - c) As declarações constantes em documento particular geram presunção absoluta de veracidade em relação aos signatários.
 - d) Dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal absoluta de existência ou de veracidade.
 - e) Nenhuma delas é verdadeira.
55. Na chamada "Ação de desapropriação indireta", o desapossado:
- a) Não pode invocar defesa possessória como reintegração de posse, apenas podendo reclamar indenização.
 - b) Pode reclamar indenização pela ocupação ilícita decorrente do esbulho feito por autoridade pública.
 - c) Pode invocar defesa possessória, vedado reclamar indenização.
 - d) Não pode optar entre utilizar a via possessória ou a indenizatória.
 - e) Deve aguardar ajuizamento de ação expropriatória pelo poder público, para nela se defender.
56. Na interpretação da lei processual:
- a) Aplica-se sempre a máxima *in claris cessat interpretatio* (na clareza, cessa a interpretação);
 - b) A sua finalidade é estabelecida de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil.
 - c) Há incompatibilidade entre a interpretação teleológica e a natureza pública que lhe é inerente.
 - d) É defeso reduzir-se a dimensão do comando normativo.
 - e) Promover-se-á a integração da norma processual.

57. As normas processuais são de Direito Público pelo fato de regerem relação com o Estado. Por isso:
- Elas são todas cogentes.
 - Elas são todas dispositivas.
 - Elas podem ser tanto cogentes como dispositivas.
 - São supletivas e integrativas.
 - Nenhuma das anteriores.
58. Os alimentos estipulados em escritura pública (Lei n 11.444/07) de separação ou divórcio:
- Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos, procedimento vedado pela Constituição Federal.
 - Autorizam a prisão civil do devedor de alimentos, em razão da natureza do crédito.
 - Nenhuma resposta correta.
59. Na ação de responsabilidade civil por dano ecológico em que o causador negue responsabilidade:
- É necessário que o autor demonstre a ocorrência de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É Irrelevante a demonstração de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É necessário aferir a ocorrência de culpa ou dolo por parte do responsável pelo dano.
 - Se a autoridade competente autorizar o ato e os cuidados forem tomados para evitá-lo, a indenização do dano será afastada.
 - A existência de seguro ambiental afasta a responsabilidade pessoal do causador do dano.
60. Assinale a alternativa correta. João teve negada ação de usucapião por não demonstrado o *tempus* necessário para a aquisição dominial:
- O caso é de carência de ação, não podendo reiterar o pedido.
 - O caso é de improcedência da ação, o que opera coisa julgada impedindo reproposição da ação.
 - O caso é de improcedência da ação, que poderá ser reproposta se completado ulteriormente o decurso do tempo.
 - O caso é de improcedência da ação, podendo ser ajuizada ação rescisória caso, no período de dois anos, se complete o período de tempo aquisitivo.
 - O caso é de carência da ação, cabendo ação rescisória, caso se complete o período de tempo aquisitivo.
61. Assinale a alternativa correta. José pretende a decretação de nulidade da decisão de primeiro grau que homologou a adjudicação:
- Caberá ação anulatória ou de rescisão perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação rescisória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação anulatória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação rescisória perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação anulatória perante o Juízo do local do imóvel adjudicado (*forum rei sitae*) se este for situado em comarca diversa daquela do Juízo homologador.
62. A apelação contra sentença que decreta a improcedência de ação declaratória de título e improcedência dos embargos à execução tem os seguintes efeitos, quanto aos recursos:
- Suspensivo e devolutivo para ambos os recursos.
 - Efeito apenas devolutivo quanto à declaratória e devolutivo/suspensivo quanto aos embargos.
 - Apenas efeito devolutivo quanto aos dois recursos.
 - Efeito devolutivo/suspensivo quanto à declaratória e apenas devolutivo quanto aos embargos.

- e) Apenas efeito suspensivo quanto aos dois recursos.
63. Assinale a alternativa correta:
- a) No processo relacionado com interesse de incapaz, o Ministério Público, como fiscal da lei, manifesta-se, nos debates finais, antes das partes.
 - b) O Ministério Público sempre intervém nas ações de desapropriação.
 - c) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o Ministério Público não tem a prerrogativa do prazo processual em dobro.
 - d) O prazo para o Ministério Público indicar testemunhas, nas ações em que intervém como fiscal da lei, é peremptório.
 - e) O Ministério Público, agindo como fiscal da lei, não está vinculado ao interesse da parte que justificou a sua intervenção.
64. Assinale a alternativa incorreta:
- a) A petição inicial deve indicar o juiz ou tribunal a que é dirigida.
 - b) A petição inicial deve indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
 - c) Nas ações declaratórias, deve constar na petição inicial o respectivo pedido de condenação.
 - d) Na petição inicial, é indispensável o requerimento de citação do réu.
 - e) A petição inicial poderá conter pedidos alternativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

65. Assinale a alternativa correta:
- a) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato, nos termos da lei.
 - b) é assegurado o direito de resposta, além da indenização exclusiva por dano material.
 - c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - d) a proteção constitucional da liberdade de manifestação do pensamento abrange o direito de expressar-se, oralmente ou por escrito, não englobando o de ouvir, assistir e ler.
 - e) todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo improrrogável de (30) trinta dias, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
66. Assinale a alternativa correta:
- a) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
 - b) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - c) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - d) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - e) a Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, ainda que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
67. Assinale a alternativa correta:
- a) é possível a cassação dos direitos políticos, sua perda ou suspensão, que se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa nos termos do art. 37, § 4º (CF).

- b) não é possível a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º (CF).
 - c) a cassação dos direitos políticos só é possível nos casos de improbidade administrativa.
 - d) a perda ou a suspensão dos direitos políticos não é possível nem mesmo nos casos de improbidade administrativa e de incapacidade civil absoluta.
 - e) não é possível a cassação dos direitos políticos e nem a sua perda ou suspensão.
68. Assinale a alternativa que inclui em seu rol competência legislativa não privativa da União:
- a) desapropriação; águas, energia, informática; serviço postal; sistema monetário; trânsito e transporte; organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
 - b) sistemas de consórcios e sorteios; seguridade social, diretrizes e bases da educação nacional; atividades nucleares de qualquer natureza.
 - c) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas, fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; propaganda comercial.
 - d) defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional; registros públicos; direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
 - e) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; telecomunicações e radiodifusão; diretrizes da política nacional de transportes, jazidas minas, outros recursos minerais e metalurgia.
69. Assinale a alternativa que elenca todos os legitimados ativos para a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
- a) o Presidente da República, a Mesa do Senado, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República.
 - b) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - c) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - d) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; os partidos políticos; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - e) o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
70. Dentre os atos normativos abaixo indicados, qual não está compreendido no processo legislativo brasileiro:
- a) emendas à Constituição.

- b) leis ordinárias.
 - c) decretos legislativos.
 - d) resoluções.
 - e) portarias.
71. Em vista do regime jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:
- a) o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, excetuados os promotores de justiça substitutos não vitalícios, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - b) o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
 - c) o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos, o primeiro dentre todos seus integrantes, e o segundo, dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - d) O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - e) O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre todos os seus integrantes, respectivamente por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Conselho Superior do Ministério Público.
72. Não se inclui na competência tributária dos Estados e do Distrito Federal a instituição de impostos sobre:
- a) operações relativas à circulação de mercadorias.
 - b) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - c) a propriedade de veículos automotores.
 - d) transmissão "*causa mortis*" e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - e) produtos industrializados.
73. O Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal, é obrigatório:
- a) para cidades com mais de trinta (30) mil habitantes.
 - b) para cidades com mais de quinze (15) mil habitantes.
 - c) para cidades com mais de vinte (20) mil habitantes.
 - d) para cidades com mais de vinte e cinco (25) mil habitantes.
 - e) para todas as cidades, independente de sua população.
74. É incorreto afirmar ser função institucional do Ministério Público:
- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
 - b) zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo medidas necessárias a sua garantia.
 - c) promover o inquérito civil e, privativamente, a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - d) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
 - e) exercer o controle externo da atividade policial, na forma de suas leis orgânicas.
75. Assinale a alternativa em que a intervenção do Estado no Município dispensa apreciação pela Assembléia Legislativa:
- a) quando a dívida fundada deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.

- b) na hipótese de não serem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - c) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
 - d) no caso de o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - e) em todas hipóteses acima mencionadas.
76. O financiamento do sistema único de saúde é feito com recursos dos orçamentos:
- a) da Seguridade Social e da União.
 - b) dos Estados, do Distrito Federal e da União.
 - c) dos Estados, dos Municípios, e da União.
 - d) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - e) da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
77. Assinale a alternativa incorreta:
- a) para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - b) para efeito da proteção do Estado à Família, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, e entre as pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
 - c) fundados no princípio da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
 - d) é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.
 - e) a Floresta Amazônica brasileira, A Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
78. Quanto ao grau de sua alterabilidade ou mutabilidade, as Constituições Federais se classificam em:
- a) flexíveis, rígidas, semi-rígidas ou semiflexíveis, e super-rígidas.
 - b) promulgadas, outorgadas, cesaristas e pactuadas.
 - c) analíticas e sintéticas.
 - d) escritas e costumeiras.
 - e) rígidas e super-rígidas.
79. O controle de constitucionalidade abstrato de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal:
- a) é feito perante o Supremo Tribunal Federal.
 - b) não é admitido.
 - c) é feito perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - d) é feito perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - e) é feito perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
80. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos (3/5) dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:
- a) às emendas constitucionais.
 - b) às leis complementares.
 - c) às leis ordinárias.

- d) às leis delegadas.
- e) aos decretos legislativos.

LÍNGUA PORTUGUESA

UM APÓLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

– Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

– Deixe-me, senhora.

– Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

– Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

– Mas você é orgulhosa.

– Decerto que sou.

– Mas por quê?

– É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

– Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

– Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

– Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

– Também os batedores vão adiante do imperador.

– Você é imperador?

– Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto... [...]

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

– Ora agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: – Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: – Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária! (MACHADO DE ASSIS, J. M. **Contos Consagrados**. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.)

81. O título e o fato de o autor iniciar a narrativa com a expressão “era uma vez” permitem associar o texto com o gênero
- a) drama.
 - b) fábula.
 - c) romance.
 - d) novela.
 - e) lírico.
82. Assinale a alternativa que não está de acordo com o texto.
- a) Há quem se arrogue grande valor, embora esteja em posição inferior.

- b) O alfinete, no texto, demonstra mais sabedoria do que a agulha.
 - c) O orgulho pode transformar-se em vergonha quando se é vencido.
 - d) Às vezes, é mais proveitoso evitar um confronto.
 - e) A agulha provou que a função exercida pela linha é inferior.
83. “Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!” A personagem, ao proferir esse enunciado, quis expressar que
- a) além de professor, também é costureiro.
 - b) muitas vezes, tem sido útil a quem não merece.
 - c) concorda com a superioridade da agulha sobre a linha.
 - d) tem sido vítima das provocações alheias.
 - e) está insatisfeito com as dificuldades da profissão de professor.
84. Assinale a alternativa que contém um período em que não há vício de linguagem.
- a) O policial deteve o acusado de estupro na escola.
 - b) A frota de Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil há quinhentos e dez anos atrás.
 - c) O funcionário exigiu que se pusesse uma rubrica em cada página do contrato.
 - d) Muitos clientes reclamaram do mal atendimento que receberam.
 - e) A linha é a principal protagonista da costura.
85. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma culta.
- a) Fazem mais de cem anos que Machado de Assis morreu.
 - b) Mais de um jornal publicaram a notícia.
 - c) Vossa Excelência quer que chamem vosso secretário?
 - d) Haverá seres inteligentes em outros planetas?
 - e) Ocorreu, entre a linha e a agulha, muitos desentendimentos.
86. Assinale a alternativa em que a redação está de acordo com a norma culta.
- a) A ascensão de Roma fascinou muitos historiadores.
 - b) O alfinete não entendia porque agulha e a linha discutiam.
 - c) O privilégio da linha causou mágoa à agulha.
 - d) Havia um empecílio a suas aspirações.
 - e) A agulha e a linha estavam na iminência de começarem a se degladiar.
87. “– Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.” Nesse trecho, as formas verbais “anda”, “aprende”, “cansas”, “ficas” e “faze” estão em relação de concordância com a segunda pessoa do singular. Alterando-se a concordância para a terceira pessoa do singular, obtém-se, mantendo-se os mesmos tempos verbais,
- a) “ande”, “aprende”, “canse”, “fique” e “faz”.
 - b) “anda”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - c) “anda”, “aprende”, “canse”, “fica” e “faz”.
 - d) “ande”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - e) “andas”, “aprendas”, “cansas”, “ficas” e “fazes”.
88. Assinale a alternativa em que a concordância nominal está de acordo com a norma culta.
- a) Segue incluso os relatórios solicitados.
 - b) Dado a falta de recursos, recorreu à caridade.
 - c) Os fatos falam por si sós.
 - d) A agulha estava meia aborrecida.
 - e) Ela mesmo iniciou a discussão.
89. Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com as normas gramaticais.
- a) Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)

- b) Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - c) Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - d) Duarte enfiou um chambre e, dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - e) Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
90. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave está de acordo com a norma culta.
- a) À medida que à agulha passava, à linha à seguia.
 - b) À medida que à agulha passava, à linha a seguia.
 - c) A medida que a agulha passava, a linha à seguia.
 - d) A medida que a agulha passava, à linha a seguia.
 - e) À medida que a agulha passava, a linha a seguia.

VERSÃO 02

DIREITO CIVIL

1. Assinale a alternativa correta:
- a) na usucapião urbana individual, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), não é possível levar-se a efeito aquisição de terreno inferior ao mínimo módulo urbano.
 - b) a usucapião rural consagrada no artigo 1.239 do Código Civil, que exige a chamada posse trabalho/moradia, não reclama *animus domini* da parte usucapiente.
 - c) a usucapião coletiva pode ter como objeto áreas particulares e públicas.
 - d) os bens dominicais, à luz do novo Código Civil Brasileiro, podem ser usucapidos.
 - e) na usucapião coletiva, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), como regra geral, a cada possuidor será atribuída, por decisão judicial, igual fração ideal de terreno.
2. Assinale a alternativa correta:
- a) o casamento daquele que não alcançou 16 (dezesesseis) anos será permitido nos casos de gravidez.
 - b) a autorização tácita dos representantes legais do incapaz, para fins de casamento, não possui relevância jurídica.
 - c) a idade núbil é 15 anos.
 - d) é pressuposto legal para o deferimento do pedido de suprimento judicial de idade para casamento a demonstração da maturidade do nubente que não atingiu a idade núbil.
 - e) a anulação do casamento daquele que não atingiu a idade núbil pode ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais e por seus ascendentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da cessação da incapacidade, no primeiro caso, e do casamento, nas demais hipóteses.
3. JOSÉ e MARIA doaram a sua única filha, LÚCIA, todos os imóveis de sua propriedade, reservando para o casal o usufruto dos bens. À época da doação, CARLOS, fruto de outro relacionamento de JOSÉ, já havia sido concebido. CARLOS, quando contava com cinco anos,

representado por sua mãe, promoveu ação visando anular a doação efetivada por JOSÉ e MARIA a sua irmã LÚCIA.

Assinale a alternativa correta:

- a) deve ser considerada inoficiosa a doação de $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens imóveis.
 - b) a doação não é nula, pois JOSÉ e MARIA ao instituírem o usufruto sobre os imóveis doados cumpriram a determinação legal de preservar renda suficiente para a subsistência do casal.
 - c) a doação é juridicamente inexistente.
 - d) a doação não é nula, pois os doadores podiam dispor do patrimônio, com reserva do usufruto para si, considerando que a doação ocorreu antes do nascimento de CARLOS.
 - e) é nula a doação da totalidade dos imóveis de propriedade de JOSE e MARIA a filha LÚCIA, pois os direitos do nascituro devem ser preservados.
4. Assinale a alternativa correta:
- a) os pressupostos para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica são: existência da pessoa jurídica, podendo se tratar de sociedade de fato; exaurimento do seu patrimônio social; abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
 - b) a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, diante da autonomia patrimonial de que goza a pessoa jurídica.
 - c) a desconsideração da personalidade jurídica não se aplica no Direito de Família.
 - d) o Ministério Público intervindo no processo como “custos legis” não possui legitimidade para requerer ao juiz que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
 - e) o Ministério Público intervindo no processo como “custos legis” não possui legitimidade para postular a desconsideração da personalidade jurídica, salvo existindo interesse de incapaz.
5. Assinale a alternativa correta:
- a) o princípio da autonomia privada, segundo o qual o sujeito de direito pode contratar com liberdade, está limitado à ordem pública e à função social do contrato.
 - b) a exigência da boa-fé se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.
 - c) segundo o entendimento sumular, a cláusula contratual limitativa de dias de internação hospitalar é perfeitamente admissível quando comprovado que o contratante do seguro saúde estava ciente do seu teor.
 - d) a função social justifica o descumprimento do contrato, com fundamento exclusivo na debilidade financeira.
 - e) os contratos atípicos não exigem a observância rigorosa das normas gerais fixadas no Código Civil, pois que nestes casos os contratantes possuem maior liberdade para contratar.
6. Assinale a alternativa correta:
- a) a abertura da sucessão ocorre com a distribuição do inventário dos bens deixados pelo “de cujus”.
 - b) realizada a partilha dos bens do falecido e havendo ainda dívidas, os herdeiros por elas respondem integralmente.
 - c) JOSÉ veio a falecer em decorrência de acidente de trânsito, sendo que seu irmão JOÃO, também vítima do mesmo acidente, sobreviveu por alguns dias, vindo a falecer. JOSÉ não possuía ascendentes, descendentes, cônjuge ou companheira, mas tão somente outros três irmãos. Aberta a sucessão e realizada a partilha, coube $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens por ele deixados a cada um dos irmãos.
 - d) aquele que pretender estabelecer disposições especiais sobre o seu enterro deverá fazê-lo, necessariamente, por meio de testamento público, cerrado ou particular.
 - e) o direito de representação, segundo estabelece o Código Civil, dá-se na linha ascendente e descendente, assim como na linha transversal, mas neste caso somente em favor dos filhos de irmãos do falecido.

7. Assinale a alternativa incorreta:
- a interpretação extensiva é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito quando não existir norma jurídica que regule a matéria.
 - o princípio geral de direito introduzido no direito positivo caracteriza-se como cláusula geral.
 - a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito são elementos de integração do direito.
 - a *analogia legis* é a analogia propriamente dita e a *analogia juris* é a que dá solução igual a duas hipóteses em virtude da mesma razão de direito.
 - a equidade é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito nos casos de lacuna da lei.
8. Assinale a alternativa correta:
- na linha colateral, o parentesco encerra-se no sexto grau, sendo, pois, para fins jurídicos, finito.
 - o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro, não se extinguindo com a dissolução do casamento ou da união estável.
 - o parentesco pode ser natural ou civil. O primeiro decorre dos laços biológicos, da consanguinidade. O segundo, de outra origem, sendo exemplo desta espécie de parentesco a inseminação artificial heteróloga.
 - o ato de reconhecimento de filho é nulo quando feito sob condição ou termo.
 - o castigo imoderado do filho pelo pai é causa de extinção do poder familiar.
9. Assinale a alternativa correta:
- as agências reguladoras, como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), consideradas autarquias sob regime especial, são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - quando o Código Civil estabelece que o Ministério Público velará pelas fundações, acaba por lhe autorizar uma ação efetiva de fiscalização tanto na esfera administrativa como judicial. Não obstante tal disposição legal, não está o membro do "Parquet" legitimado a ingressar com o procedimento tendente a extinguir a fundação.
 - o Código Civil considera como pessoas jurídicas de direito privado somente as associações, as sociedades e as fundações.
 - a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno pressupõe a ação ou omissão, culposa ou dolosa, dos seus agentes, o dano causado a terceiros e a relação de causalidade.
 - as organizações religiosas, os partidos políticos e as associações beneficentes, constituídas segundo leis anteriores, não ficaram sujeitas a se adaptarem à disposições do Código Civil de 2002.
10. Assinale a alternativa incorreta:
- o pagamento espontâneo de dívida prescrita não pode ser repetido.
 - tratando-se de obrigação não suscetível de fracionamento, suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aos demais será estendida.
 - a prescrição e a decadência legal podem ser conhecidas de ofício pelo juiz. A prescrição pode ser renunciada. A decadência fixada em lei não pode ser objeto de renúncia.
 - o direito a alimentos, como é sabido, é imprescritível. Há previsão na lei civil, porém, estabelecendo que a pretensão para haver prestações alimentares estabelecidas judicialmente prescreve, a partir do vencimento, em cinco anos.
 - a responsabilidade dos assistentes dos relativamente incapazes e dos representantes legais das pessoas jurídicas, que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente, não é objetiva.
11. Assinale a alternativa incorreta:
- o Código Civil adota como regra a responsabilidade civil subjetiva.

- b) o chamado “dano remoto” não é indenizável.
 - c) a responsabilidade civil do incapaz é subsidiária e a indenização correspondente é equitativa.
 - d) a responsabilidade civil do curador, tutor e pais em razão de atos praticados, respectivamente, pelos curatelados, pupilos e filhos menores, restringe-se aos danos materiais por estes causados a terceiros.
 - e) a indenização por dano moral prescinde da comprovação do dano material.
12. Assinale a alternativa correta:
- a) são exemplos de possuidor direto: o usufrutuário, o locador, o credor pignoratício.
 - b) o compossuidor só pode exercer atos possessórios sobre a sua parte ideal no bem.
 - c) o sucessor universal e o sucessor singular continuam de direito a posse do seu antecessor.
 - d) a posse turbada ou esbulhada pode ser autotutelada, sendo requisitos indispensáveis de tal espécie de defesa a imediatidade e a proporcionalidade.
 - e) o possuidor direto não pode defender sua posse contra o possuidor indireto.
13. Assinale a alternativa correta:
- a) os nascimentos, casamentos, divórcios e óbitos são averbados no Registro Civil de Pessoas Naturais.
 - b) o enteado ou a enteada poderá adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que assim requeira ao Oficial do Registro Civil. A averbação somente será autorizada caso haja concordância expressa do padrasto ou da madrasta.
 - c) a averbação é modalidade de ato registrário e tem caráter acessório.
 - d) os pais podem sempre escolher o prenome dos filhos.
 - e) no caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, será feito um assento com os elementos que couberem e com remissão ao óbito.
14. Assinale a afirmativa correta:
- a) a fiscalização de entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso compete exclusivamente ao Ministério Público.
 - b) a internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental pode ser voluntária ou involuntária, sendo vedada a internação compulsória.
 - c) segundo o Estatuto do Idoso, as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título extrajudicial, nos termos da lei processual civil.
 - d) a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, estabelecida no Estatuto do Idoso, é assegurada apenas quando o Idoso figurar como autor.
 - e) a internação psiquiátrica involuntária da pessoa portadora de transtorno mental somente poderá ser autorizada em procedimento judicial, instruído com laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos, devendo o Ministério Público intervir no feito como “custos legis”.
15. Assinale a alternativa incorreta:
- a) falecendo o usufrutuário, o direito de usufruto transmite-se aos seus herdeiros.
 - b) não existe usufruto sucessivo.
 - c) no usufruto o direito de crescer depende de estipulação expressa.
 - d) é possível o usufruto simultâneo.
 - e) o nu-proprietário, observados os direitos do usufrutuário, pode dispor do bem que se encontra gravado com o usufruto.
16. Assinale a alternativa incorreta:
- a) não é possível executar provisoriamente sentença estrangeira.
 - b) a execução da sentença estrangeira pressupõe homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

- c) as sentenças estrangeiras meramente declaratórias do estado de pessoas dependem de homologação.
- d) o *exequatur* da carta rogatória somente será concedido se não contrariar a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes.
- e) será permitido o novo casamento no Brasil, desde que os nubentes façam juntar na habilitação matrimonial a sentença do divórcio proferida no estrangeiro há mais de um ano, devidamente traduzida, em língua portuguesa, por intérprete autorizado ou juramentado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Sobre recursos é correto afirmar-se:
- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, entretanto, fica condicionado à anuência do recorrido.
 - b) O recurso interposto por um dos litisconsortes não tem condão de aproveitar aos demais.
 - c) A insuficiência no valor do preparo não importa em deserção, ainda que o recorrente seja intimado para supri-lo.
 - d) Os Estados, o Ministério Público, a União, os Municípios, assim como as respectivas autarquias, não estão dispensados de preparar seus recursos.
 - e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida, mas somente no que tiver sido objeto do recurso.
18. É correto afirmar em sede de embargos declaratórios:
- a) Que a decisão proferida em decorrência de sua interposição não se integra à decisão omissa, porquanto a natureza jurídica desse recurso é tão somente a de esclarecer a decisão embargada.
 - b) Que a sua interposição não interrompe o prazo de apelação.
 - c) Podem, casualmente, deter caráter infringente, de molde a permitir a impressão de efeitos modificativos no bojo da decisão omissa, contraditória ou materialmente incorreta.
 - d) Se manejados com o intuito de suscitar prequestionamento, na eventualidade de o órgão julgador insistir na omissão, é cabível a imposição da multa de que trata o parágrafo único do artigo 538, do Código de Processo Civil.
 - e) O Ministério Público não detém a prerrogativa discriminada no artigo 188 do Código de Processo Civil (prazo em dobro), quando agitar embargos declaratórios com a finalidade de aviar recursos especial e/ou extraordinário, eis que a dilação do prazo recursal reside apenas nas instâncias ordinárias.
19. Marque a alternativa correta:
- a) O possuidor tem direito à retenção por benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
 - b) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no de turbacão.
 - c) Na pendência do processo possessório, é permitido, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio.
 - d) Para efeitos de concessão de liminar, o Código de Processo Civil não faz distinção entre posse nova e posse velha.
 - e) Cabe liminar na ação possessória intentada no prazo de seis meses da violação.
20. Os embargos do devedor, na ação de execução por título extrajudicial contra devedor solvente:
- a) Podem ser opostos independentemente de segurança do juízo.
 - b) Podem ser opostos somente após seguro o juízo.
 - c) Em regra, terão efeito suspensivo.
 - d) Nunca terão efeito suspensivo.
 - e) Nenhuma das anteriores.

21. A sentença no procedimento de jurisdição voluntária poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos:
- De ofício pelo Juiz, a qualquer tempo, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
 - A requerimento do interessado, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
 - A requerimento do interessado, por haver esquecido de juntar prova documental relevante.
 - A requerimento do Ministério Público, na condição de fiscal de lei.
 - A requerimento das partes, no prazo recursal, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
22. Assinale a alternativa correta:
- O juiz deve indeferir o pedido de produção de prova testemunhal quando já houver prova documental apta a provar a veracidade da alegação de fato feita pela parte.
 - Não é lícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
 - As declarações constantes em documento particular geram presunção absoluta de veracidade em relação aos signatários.
 - Dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal absoluta de existência ou de veracidade.
 - Nenhuma delas é verdadeira.
23. Na chamada “Ação de desapropriação indireta”, o desapossado:
- Não pode invocar defesa possessória como reintegração de posse, apenas podendo reclamar indenização.
 - Pode reclamar indenização pela ocupação ilícita decorrente do esbulho feito por autoridade pública.
 - Pode invocar defesa possessória, vedado reclamar indenização.
 - Não pode optar entre utilizar a via possessória ou a indenizatória.
 - Deve aguardar ajuizamento de ação expropriatória pelo poder público, para nela se defender.
24. Na interpretação da lei processual:
- Aplica-se sempre a máxima *in claris cessat interpretatio* (na clareza, cessa a interpretação);
 - A sua finalidade é estabelecida de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil.
 - Há incompatibilidade entre a interpretação teleológica e a natureza pública que lhe é inerente.
 - É defeso reduzir-se a dimensão do comando normativo.
 - Promover-se-á a integração da norma processual.
25. As normas processuais são de Direito Público pelo fato de regerem relação com o Estado. Por isso:
- Elas são todas cogentes.
 - Elas são todas dispositivas.
 - Elas podem ser tanto cogentes como dispositivas.
 - São supletivas e integrativas.
 - Nenhuma das anteriores.
26. Os alimentos estipulados em escritura pública (Lei n 11.444/07) de separação ou divórcio:
- Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos, procedimento vedado pela Constituição Federal.
 - Autorizam a prisão civil do devedor de alimentos, em razão da natureza do crédito.
 - Nenhuma resposta correta.

27. Na ação de responsabilidade civil por dano ecológico em que o causador negue responsabilidade:
- É necessário que o autor demonstre a ocorrência de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É Irrelevante a demonstração de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É necessário aferir a ocorrência de culpa ou dolo por parte do responsável pelo dano.
 - Se a autoridade competente autorizar o ato e os cuidados forem tomados para evitá-lo, a indenização do dano será afastada.
 - A existência de seguro ambiental afasta a responsabilidade pessoal do causador do dano.
28. Assinale a alternativa correta. João teve negada ação de usucapião por não demonstrado o *tempus* necessário para a aquisição dominial:
- O caso é de carência de ação, não podendo reiterar o pedido.
 - O caso é de improcedência da ação, o que opera coisa julgada impedindo reproposição da ação.
 - O caso é de improcedência da ação, que poderá ser reproposta se completado ulteriormente o decurso do tempo.
 - O caso é de improcedência da ação, podendo ser ajuizada ação rescisória caso, no período de dois anos, se complete o período de tempo aquisitivo.
 - O caso é de carência da ação, cabendo ação rescisória, caso se complete o período de tempo aquisitivo.
29. Assinale a alternativa correta. José pretende a decretação de nulidade da decisão de primeiro grau que homologou a adjudicação:
- Caberá ação anulatória ou de rescisão perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação rescisória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação anulatória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação rescisória perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação anulatória perante o Juízo do local do imóvel adjudicado (*forum rei sitae*) se este for situado em comarca diversa daquela do Juízo homologador.
30. A apelação contra sentença que decreta a improcedência de ação declaratória de título e improcedência dos embargos à execução tem os seguintes efeitos, quanto aos recursos:
- Suspensivo e devolutivo para ambos os recursos.
 - Efeito apenas devolutivo quanto à declaratória e devolutivo/suspensivo quanto aos embargos.
 - Apenas efeito devolutivo quanto aos dois recursos.
 - Efeito devolutivo/suspensivo quanto à declaratória e apenas devolutivo quanto aos embargos.
 - Apenas efeito suspensivo quanto aos dois recursos.
31. Assinale a alternativa correta:
- No processo relacionado com interesse de incapaz, o Ministério Público, como fiscal da lei, manifesta-se, nos debates finais, antes das partes.
 - O Ministério Público sempre intervém nas ações de desapropriação.
 - Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o Ministério Público não tem a prerrogativa do prazo processual em dobro.
 - O prazo para o Ministério Público indicar testemunhas, nas ações em que intervém como fiscal da lei, é peremptório.
 - O Ministério Público, agindo como fiscal da lei, não está vinculado ao interesse da parte que justificou a sua intervenção.
32. Assinale a alternativa incorreta:
- A petição inicial deve indicar o juiz ou tribunal a que é dirigida.
 - A petição inicial deve indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

- c) Nas ações declaratórias, deve constar na petição inicial o respectivo pedido de condenação.
- d) Na petição inicial, é indispensável o requerimento de citação do réu.
- e) A petição inicial poderá conter pedidos alternativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

33. Assinale a alternativa correta:
- a) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato, nos termos da lei.
 - b) é assegurado o direito de resposta, além da indenização exclusiva por dano material.
 - c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - d) a proteção constitucional da liberdade de manifestação do pensamento abrange o direito de expressar-se, oralmente ou por escrito, não englobando o de ouvir, assistir e ler.
 - e) todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo improrrogável de (30) trinta dias, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
34. Assinale a alternativa correta:
- a) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
 - b) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - c) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - d) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - e) a Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, ainda que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
35. Assinale a alternativa correta:
- a) é possível a cassação dos direitos políticos, sua perda ou suspensão, que se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa nos termos do art. 37, § 4º (CF).
 - b) não é possível a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º (CF).
 - c) a cassação dos direitos políticos só é possível nos casos de improbidade administrativa.
 - d) a perda ou a suspensão dos direitos políticos não é possível nem mesmo nos casos de improbidade administrativa e de incapacidade civil absoluta.
 - e) não é possível a cassação dos direitos políticos e nem a sua perda ou suspensão.
36. Assinale a alternativa que inclui em seu rol competência legislativa não privativa da União:
- a) desapropriação; águas, energia, informática; serviço postal; sistema monetário; trânsito e transporte; organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
 - b) sistemas de consórcios e sorteios; seguridade social, diretrizes e bases da educação nacional; atividades nucleares de qualquer natureza.

- c) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas, fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; propaganda comercial.
 - d) defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional; registros públicos; direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
 - e) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; telecomunicações e radiodifusão; diretrizes da política nacional de transportes, jazidas minas, outros recursos minerais e metalurgia.
37. Assinale a alternativa que elenca todos os legitimados ativos para a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
- a) o Presidente da República, a Mesa do Senado, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República.
 - b) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador- Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - c) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - d) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador- Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; os partidos políticos; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - e) o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
38. Dentre os atos normativos abaixo indicados, qual não está compreendido no processo legislativo brasileiro:
- a) emendas à Constituição.
 - b) leis ordinárias.
 - c) decretos legislativos.
 - d) resoluções.
 - e) portarias.
39. Em vista do regime jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:
- a) o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, excetuados os promotores de justiça substitutos não vitalícios, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - b) o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

- c) o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos, o primeiro dentre todos seus integrantes, e o segundo, dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - d) O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - e) O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre todos os seus integrantes, respectivamente por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Conselho Superior do Ministério Público.
40. Não se inclui na competência tributária dos Estados e do Distrito Federal a instituição de impostos sobre:
- a) operações relativas à circulação de mercadorias.
 - b) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - c) a propriedade de veículos automotores.
 - d) transmissão "*causa mortis*" e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - e) produtos industrializados.
41. O Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal, é obrigatório:
- a) para cidades com mais de trinta (30) mil habitantes.
 - b) para cidades com mais de quinze (15) mil habitantes.
 - c) para cidades com mais de vinte (20) mil habitantes.
 - d) para cidades com mais de vinte e cinco (25) mil habitantes.
 - e) para todas as cidades, independente de sua população.
42. É incorreto afirmar ser função institucional do Ministério Público:
- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
 - b) zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo medidas necessárias a sua garantia.
 - c) promover o inquérito civil e, privativamente, a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - d) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
 - e) exercer o controle externo da atividade policial, na forma de suas leis orgânicas.
43. Assinale a alternativa em que a intervenção do Estado no Município dispensa apreciação pela Assembléia Legislativa:
- a) quando a dívida fundada deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.
 - b) na hipótese de não serem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - c) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
 - d) no caso de o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - e) em todas hipóteses acima mencionadas.
44. O financiamento do sistema único de saúde é feito com recursos dos orçamentos:
- a) da Seguridade Social e da União.
 - b) dos Estados, do Distrito Federal e da União.
 - c) dos Estados, dos Municípios, e da União.
 - d) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - e) da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

45. Assinale a alternativa incorreta:
- a) para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - b) para efeito da proteção do Estado à Família, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, e entre as pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
 - c) fundados no princípio da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
 - d) é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.
 - e) a Floresta Amazônica brasileira, A Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
46. Quanto ao grau de sua alterabilidade ou mutabilidade, as Constituições Federais se classificam em:
- a) flexíveis, rígidas, semi-rígidas ou semiflexíveis, e super-rígidas.
 - b) promulgadas, outorgadas, cesaristas e pactuadas.
 - c) analíticas e sintéticas.
 - d) escritas e costumeiras.
 - e) rígidas e super-rígidas.
47. O controle de constitucionalidade abstrato de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal:
- a) é feito perante o Supremo Tribunal Federal.
 - b) não é admitido.
 - c) é feito perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - d) é feito perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - e) é feito perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
48. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos (3/5) dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:
- a) às emendas constitucionais.
 - b) às leis complementares.
 - c) às leis ordinárias.
 - d) às leis delegadas.
 - e) aos decretos legislativos.

LÍNGUA PORTUGUESA

UM APÓLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

– Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

– Deixe-me, senhora.

– Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

– Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

– Mas você é orgulhosa.

- Decerto que sou.
- Mas por quê?
- É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?
- Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?
- Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...
- Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...
- Também os batedores vão adiante do imperador.
- Você é imperador?
- Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto... [...]
- Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:
- Ora agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.
- Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: – Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.
- Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: – Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária! (MACHADO DE ASSIS, J. M. **Contos Consagrados**. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.)

49. O título e o fato de o autor iniciar a narrativa com a expressão “era uma vez” permitem associar o texto com o gênero
- drama.
 - fábula.
 - romance.
 - novela.
 - lírico.
50. Assinale a alternativa que não está de acordo com o texto.
- Há quem se arrogue grande valor, embora esteja em posição inferior.
 - O alfinete, no texto, demonstra mais sabedoria do que a agulha.
 - O orgulho pode transformar-se em vergonha quando se é vencido.
 - Às vezes, é mais proveitoso evitar um confronto.
 - A agulha provou que a função exercida pela linha é inferior.
51. “Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!” A personagem, ao proferir esse enunciado, quis expressar que
- além de professor, também é costureiro.
 - muitas vezes, tem sido útil a quem não merece.
 - concorda com a superioridade da agulha sobre a linha.
 - tem sido vítima das provocações alheias.
 - está insatisfeito com as dificuldades da profissão de professor.
52. Assinale a alternativa que contém um período em que não há vício de linguagem.
- O policial deteve o acusado de estupro na escola.
 - A frota de Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil há quinhentos e dez anos atrás.
 - O funcionário exigiu que se pusesse uma rubrica em cada página do contrato.
 - Muitos clientes reclamaram do mal atendimento que receberam.

- e) A linha é a principal protagonista da costura.
53. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma culta.
- Fazem mais de cem anos que Machado de Assis morreu.
 - Mais de um jornal publicaram a notícia.
 - Vossa Excelência quer que chamem vosso secretário?
 - Haverá seres inteligentes em outros planetas?
 - Ocorreu, entre a linha e a agulha, muitos desentendimentos.
54. Assinale a alternativa em que a redação está de acordo com a norma culta.
- A ascensão de Roma fascinou muitos historiadores.
 - O alfinete não entendia porque agulha e a linha discutiam.
 - O privilégio da linha causou mágoa à agulha.
 - Havia um empecílio a suas aspirações.
 - A agulha e a linha estavam na iminência de começarem a se degladiar.
55. “– Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.” Nesse trecho, as formas verbais “anda”, “aprende”, “cansas”, “ficas” e “faze” estão em relação de concordância com a segunda pessoa do singular. Alterando-se a concordância para a terceira pessoa do singular, obtém-se, mantendo-se os mesmos tempos verbais,
- “ande”, “aprende”, “canse”, “fique” e “faz”.
 - “anda”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - “anda”, “aprende”, “canse”, “fica” e “faz”.
 - “ande”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - “andas”, “aprendas”, “cansas”, “ficas” e “fazes”.
56. Assinale a alternativa em que a concordância nominal está de acordo com a norma culta.
- Segue incluso os relatórios solicitados.
 - Dado a falta de recursos, recorreu à caridade.
 - Os fatos falam por si sós.
 - A agulha estava meia aborrecida.
 - Ela mesmo iniciou a discussão.
57. Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com as normas gramaticais.
- Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre e, dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
58. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave está de acordo com a norma culta.
- À medida que à agulha passava, à linha à seguia.
 - À medida que à agulha passava, à linha a seguia.
 - A medida que a agulha passava, a linha à seguia.

- d) A medida que a agulha passava, à linha a seguia.
- e) À medida que a agulha passava, a linha a seguia.

DIREITO PENAL

59. Assinale a alternativa correta:
- a) ocorre a chamada adequação típica mediata quando o fato se amolda ao tipo legal sem a necessidade de qualquer outra norma.
 - b) o princípio da insignificância incide diretamente sobre a punibilidade do agente.
 - c) a exigência de um conteúdo material do crime não se satisfaz com a simples subsunção formal das condutas humanas.
 - d) a constitucionalização do Direito Penal limita-se à valorização do princípio da legalidade estrita e ao conteúdo formal do princípio da reserva legal.
 - e) a ultratividade *in mellius* da lei penal significa que a lei posterior aplica-se a eventos passados, salvo quando ela beneficia o réu.
60. A exposição de motivos da Parte Geral do Código Penal Brasileiro, ao referir-se à finalidade da individualização da pena, à vista de sua necessidade e eficácia para *reprovação e prevenção* do crime, afirma que “nesse conceito se define a Política Criminal preconizada no Projeto, da qual se deverão extrair todas as suas lógicas conseqüências”. A partir de tal afirmativa, assinale a alternativa correta:
- a) o Código Penal Brasileiro adotou a concepção da pena como imperativo categórico, a qual se amolda à teoria da prevenção geral negativa.
 - b) o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da retribuição.
 - c) a concepção da pena como medida de prevenção de delitos, acolhida pelo Código Penal (art. 59), amolda-se às chamadas teorias absolutas.
 - d) o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da prevenção especial.
 - e) o Código Penal adotou como um dos fundamentos da aplicação da pena o princípio da prevenção geral (art. 59), preconizado pelas teorias relativas.
61. Assinale a alternativa correta, no que se refere ao procedimento de aplicação da pena:
- a) os motivos determinantes do crime, como circunstância judicial, preponderam sobre as causas de aumento ou diminuição de pena.
 - b) as causas de aumento de pena incidem em fase posterior à consideração das agravantes e atenuantes.
 - c) na fixação da pena-base, o juiz levará em conta a eventual reincidência do réu.
 - d) segundo entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, a quantidade das circunstâncias atenuantes pode fazer a pena-base recuar para aquém do mínimo legal.
 - e) a menoridade relativa constitui causa obrigatória de diminuição de pena, a incidir na terceira etapa da aplicação da pena.
62. Assinale a alternativa incorreta:
- a) segundo o princípio da especialidade, a norma específica derroga a norma geral, ainda que aquela contenha conseqüências penais mais gravosas.
 - b) segundo o princípio da consunção, na hipótese de crime progressivo, as normas que definem crimes mais graves absorvem as de menor gravidade.
 - c) o resultado da ação não pode ser atribuído ao agente na hipótese da existência de causa absolutamente independente, salvo se esta for preexistente.
 - d) nos crimes comissivos por omissão, o agente, que possui o especial dever de agir, abstem-se dessa atuação.
 - e) nos crimes de perigo abstrato, o perigo é objeto de presunção *juris et de jure*.
63. Assinale a alternativa correta:
- a) a pena de detenção não pode ser cumprida em regime inicialmente fechado.

- b) o condenado, não reincidente, a pena superior a oito anos de reclusão pode começar a cumpri-la em regime semi-aberto.
 - c) na hipótese de concurso formal imperfeito, aplica-se ao agente a pena mais grave das cabíveis ou, se iguais, só uma delas, aumentada de 1/6 até 1/2.
 - d) a prescrição intercorrente tem como baliza a pena aplicada na sentença condenatória, podendo abranger o período entre a sentença e o recebimento da denúncia.
 - e) é facultado ao juiz substituir a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, imposta ao réu reincidente pela prática do mesmo crime ou de diversa espécie, se constituir medida socialmente recomendável.
64. Assinale a alternativa correta:
- a) crime putativo por erro de tipo pressupõe a suposição errônea do agente sobre a existência da norma penal.
 - b) relativamente à tentativa, o Código Penal brasileiro adotou a teoria subjetiva.
 - c) crimes funcionais impróprios são aqueles que podem revestir-se de parcial atipicidade.
 - d) crimes subsidiários são aqueles para cuja caracterização se faz imprescindível outra norma definidora de suas elementares.
 - e) dá-se a ocorrência de crime falho quando o agente, por interferência externa, não consegue praticar todos os atos executórios necessários à consumação.
65. Assinale a alternativa correta:
- a) a possibilidade de redução da pena, nos termos da Lei n. 9.613/98 (“Lavagem de dinheiro”), condiciona-se à colaboração espontânea do partícipe com os autores, vedado idêntico benefício para o co-autor.
 - b) a possibilidade de redução da pena, prevista no art. 29, § 1º, do Código Penal, refere-se à participação e à co-autoria.
 - c) na hipótese de excesso de legítima defesa involuntária, com erro inevitável, o agente responderá pelo resultado a título de culpa.
 - d) nos delitos do *caput* e § 1º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 (Drogas), a possibilidade de redução da pena (§ 4º) condiciona-se ao fato de o agente, mesmo sem ostentar bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa.
 - e) nos crimes previstos na Lei nº 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária), cometidos em quadrilha ou co-autoria, a possibilidade de redução da pena favorecerá o co-autor ou partícipe que revelar a trama delituosa à autoridade policial ou judicial, por meio de confissão espontânea.
66. Assinale a alternativa correta:
- a) no crime de estelionato, na modalidade fundamental, a obtenção da vantagem, a decorrer da fraude, deve sucedê-la ou, ao menos, ser com ela concomitante.
 - b) no crime de apropriação indébita, constitui causa de aumento de pena (art. 168, § 1º, do Código Penal) o fato de o agente ter recebido a coisa na qualidade de ascendente ou descendente.
 - c) no crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque, o pagamento do título após o recebimento da denúncia impossibilita o prosseguimento da ação penal.
 - d) para a caracterização do crime de apropriação indébita, constitui expressa disposição legal a exigência de prévia prestação de contas, na hipótese de relação contratual entre acusado e vítima.
 - e) o crime de estelionato diferencia-se do crime de furto qualificado pela fraude porque neste a vítima entrega o bem após ser ludibriada pelo agente.
67. Assinale a alternativa correta:
- a) o ato de ter em depósito, no interior da própria residência, no exercício de atividade comercial, coisa que deve saber ser produto de crime de estelionato constitui crime de receptação na modalidade dolosa do art. 180, “caput”, do Código Penal.
 - b) o crime de receptação, nas modalidades dolosa ou culposa, pressupõe, por expressa disposição legal, a anterior prática de crime contra o patrimônio.
 - c) no crime de receptação, a modalidade privilegiada (art. 180, § 5º, c.c. art. 155, § 2º, do CP) só pode ser reconhecida quando se tratar da figura culposa do delito.

- d) o crime de receptação imprópria implica necessariamente que o terceiro que adquire ou recebe a coisa esteja de boa-fé.
- e) o perdão judicial aplica-se à receptação culposa, mesmo na hipótese de o réu ser reincidente.
68. Assinale a alternativa correta:
- a) para a caracterização do crime de lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP), é dispensável a previsibilidade do agente relativamente à morte da vítima.
- b) na hipótese de subtração patrimonial mediante grave ameaça, da qual resulta de forma imprevista a morte da vítima, não se pode imputar ao agente a prática do crime de latrocínio (art. 157, § 3º, 2ª parte, do CP).
- c) no crime de extorsão, a ação extorsionária consiste em constranger a vítima mediante violência ou grave ameaça; no crime de concussão, a ação não necessita guardar relação com a função pública ou a qualidade do agente.
- d) o elemento subjetivo do delito de extorsão é o dolo, sendo prescindível o fim especial de agir.
- e) é isento de pena o autor de crime de extorsão em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legal ou ilegal, seja civil ou natural.
69. Assinale a alternativa incorreta:
- a) no crime de homicídio, constitui causa especial de diminuição de pena a circunstância de ser praticado por motivo de relevante valor social, que se refere aos interesses e anseios da vida em sociedade.
- b) constitui crime de homicídio culposo, por excesso, a hipótese de o agente policial acabar por levar a vítima à morte, após torturá-la para obter informação de que necessita.
- c) o homicídio culposo na modalidade de imperícia consiste na prática de ação profissional ou técnica, por despreparo ou falta de conhecimentos, de que resulta a morte da vítima.
- d) o crime de maus tratos contra idoso (Estatuto do Idoso), expondo a perigo sua integridade e saúde física ou psíquica, constitui modalidade típica de lei especial com figuras qualificadas pelo resultado.
- e) constitui crime de violação de domicílio a entrada em aposento ocupado de habitação coletiva, pertencente a terceiro, contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito.
70. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:
- I - o crime de falsidade ideológica comporta modalidades comissivas e omissivas;
- II - é possível a modalidade culposa do crime de falsificação de documento público;
- III - constitui crime de falsidade ideológica inserir dados inexatos em certidão de casamento verdadeira obtida junto ao cartório competente, mediante alteração dos dizeres, com o fim de prejudicar direito de terceiro;
- IV - o objeto material do crime de uso de documento falso constitui-se de papéis materialmente ou ideologicamente falsos.
- a) somente a III é verdadeira.
- b) somente a I e III são verdadeiras.
- c) somente a III e IV são verdadeiras.
- d) somente a I e IV são verdadeiras.
- e) somente a II e IV são verdadeiras.
71. Dos enunciados abaixo, referentes à Lei nº 11.343/06 (Drogas), aponte o único verdadeiro:
- a) no regime da Lei nº 11343/06, é possível a concessão de *sursis* aos réus condenados pela prática do delito do art. 33, "caput" (tráfico de drogas).
- b) no regime da Lei nº 11.343/06, na fixação das penas, o juiz levará em conta, com preponderância sobre as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, a quantidade da droga e sua natureza, bem assim a personalidade e a conduta do agente.
- c) constitui causa de aumento de pena, relativamente ao delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06), o fato de a infração ser cometida nas imediações de condomínios residenciais.

- d) o crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11343/06) tem como descrição típica, à semelhança do crime do art. 288 do Código Penal (quadrilha ou bando), associarem-se mais de três pessoas para o fim de praticar qualquer dos crimes dos artigos 33, caput, e § 1º e 34 da Lei nº 11.343/06.
- e) semear ou cultivar, para consumo pessoal e ainda que em pequena quantidade, plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de droga capaz de causar dependência física ou psíquica caracteriza modalidade do delito de tráfico de droga.
72. Assinale a alternativa correta:
- a) constitui causa de aumento de pena, nos crimes de disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo, sua prática por parte de integrantes das empresas de segurança privada e de transporte de valores.
- b) o crime de omissão de cautela (art. 13 da Lei nº 10.826/03 – Lei do Desarmamento) sujeita o autor às penas de um a dois anos de detenção, na hipótese de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que qualquer cidadão se apodere de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua posse ou que sejam de sua propriedade.
- c) o crime de posse irregular de arma de fogo (art. 12 da Lei nº 10.826/03) não distingue, no seu apenamento, se a arma, acessório ou munição são de uso permitido ou restrito.
- d) com o advento da Lei nº 10.826/03, a contravenção de porte ilegal de arma, prevista no art. 19 da Lei das Contravenções Penais, passou a ter como objeto apenas munições em geral e armas brancas.
- e) acionar munição em lugar habitado ou em via pública, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime, constitui a contravenção penal descrita no art. 28 da Lei das Contravenções Penais.
73. Assinale a alternativa correta:
- a) constitui crime de poluição, descrito no art. 54 da Lei nº 9.605/98 (Crimes ambientais), o ato de causar poluição de qualquer natureza, que resulte em danos à saúde humana, na mortandade de animais ou na destruição, ainda que não significativa, da flora.
- b) os crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, não admitem a modalidade culposa.
- c) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a colaboração do réu com os agentes de vigilância e controle ambiental constitui circunstância atenuante.
- d) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas partícipes do mesmo fato, mas não as que atuam como autoras ou co-autoras.
- e) constitui crime, previsto na Lei nº 9.605/98, a realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, para fins didáticos ou científicos, ainda que, para tanto, não existam recursos alternativos.
74. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:
- I – o ato de simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio da montagem de vídeo constitui crime definido na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em que só se procede mediante representação;
- II – o fato de privar adolescente de sua liberdade sem obedecer às formalidades legais (flagrante de ato infracional ou ordem escrita de autoridade judiciária) constitui crime previsto na Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade), que prevalece sobre norma correspondente da Lei nº 8.069/90 (ECA);
- III – o fato de deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de adolescente ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão constitui crime previsto Lei nº 8.069/90 (ECA), que prevalece sobre a Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade);
- IV – nos crimes da Lei nº 4.898/65, a aplicação da sanção penal obedecerá às regras do Código Penal, podendo as penas ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- a) somente a III é verdadeira.
- b) somente a I e a IV são verdadeiras.

- c) somente a II e a III são verdadeiras.
- d) somente a IV é verdadeira.
- e) somente a III e a IV são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

75. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao inquérito policial:
- a) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente pode instaurar o inquérito policial a requerimento do ofendido.
 - b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
 - c) a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito policial.
 - d) a autoridade policial pode indeferir o pedido de instauração de inquérito policial feito pelo ofendido.
 - e) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, consolidado em Súmula Vinculante, o defensor do investigado pode ter acesso aos elementos de convencimento já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão da polícia judiciária, desde que digam respeito ao exercício da defesa e no interesse do seu representado.
76. Assinale a alternativa correta. A ação controlada:
- a) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, consistente em realizar interceptações telefônicas pela autoridade policial para identificar os suspeitos da autoria dessas infrações penais.
 - b) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste em uma ordem judicial permitindo o acesso aos dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais dos suspeitos de tais condutas.
 - c) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste na decretação judicial da apreensão ou sequestro bens, direitos ou valores do suspeito da autoria desses delitos.
 - d) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo e consiste em retardar a intervenção policial do que se supõe fato praticado por organizações criminosas, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
 - e) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, que depende de ordem judicial e visa a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise.
77. No processo comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente (art. 397, Código de Processo Penal) quando:
- a) a denúncia for inepta.
 - b) o autor da infração penal agiu manifestamente em legítima defesa.
 - c) não existirem suficientes indícios de autoria ou prova da materialidade do fato.
 - d) o Ministério Público for parte ilegítima para o exercício da ação penal.
 - e) houver dúvida sobre a sua inimputabilidade.
78. São princípios que regem a ação penal privada:
- a) disponibilidade e indivisibilidade.
 - b) obrigatoriedade e intranscendência.
 - c) indivisibilidade e obrigatoriedade.
 - d) oportunidade e indisponibilidade.
 - e) intranscendência e indisponibilidade.

79. Assinale a afirmativa incorreta, em relação à prisão preventiva:
- a) a prisão preventiva não é admitida nas contravenções penais e nos delitos culposos.
 - b) a prisão preventiva pode ser decretada, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
 - c) a apresentação espontânea do acusado à autoridade policial não impede a decretação da prisão preventiva.
 - d) admite-se a prisão preventiva nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que a infração penal seja dolosa e para garantir a execução das medidas urgentes para a proteção da mulher.
 - e) admite-se nos crimes dolosos, punidos com reclusão, desde que a pena mínima cominada seja igual ou superior a dois anos.
80. Assinale a alternativa incorreta. A liberdade provisória sem exigência de fiança, mediante termo do beneficiário de comparecer a todos os atos do processo onde sua presença for exigida, pode ser concedida:
- a) quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado pela legítima defesa.
 - b) na hipótese de o juiz verificar que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva.
 - c) quando o agente, por motivo de pobreza, embora afiançável a infração penal, não puder prestá-la.
 - d) pela autoridade policial nos casos de infração penal punida com detenção ou prisão simples.
 - e) se o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado por uma causa excludente da ilicitude.
81. Ocorre a derrogação da competência territorial:
- a) nos casos de conexão.
 - b) nos casos de continência.
 - c) na hipótese de prevenção.
 - d) quando o crime é praticado fora do território nacional, em embarcações e aeronaves.
 - e) na hipótese de desaforamento.
82. Assinale a alternativa correta, em relação à interceptação de comunicações telefônicas:
- a) não será admitida se a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
 - b) pode ser deferida para a investigação de infrações penais punidas no máximo com detenção.
 - c) deve ser concluída no prazo de dez dias, prorrogável por igual período.
 - d) somente é admitida no curso de uma investigação criminal.
 - e) o resultado da interceptação, acompanhado de auto circunstanciado, deve ser apensado nos autos do processo criminal, por decisão judicial, após o trânsito em julgado da sentença definitiva.
83. A regra da objetividade do depoimento (art. 213 do CPP) pressupõe que a testemunha:
- a) Não possa depor sobre o fato de que teve conhecimento por "*ouvir dizer*".
 - b) deponha apenas sobre o fato principal, vedado o testemunho de circunstâncias secundárias.
 - c) não manifeste opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
 - d) relate apenas os fatos passados, sem considerações futuras;
 - e) não possa se eximir da obrigação de depor.
84. Assinale a afirmativa correta. A transação penal pode ser proposta:
- a) ao autor de infração penal de menor potencial ofensivo que foi beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, pela transação penal;
 - b) ao autor da infração penal, pelo juiz de direito, de ofício, segundo entendimento consolidado em Súmula do Supremo Tribunal Federal, quando o membro do Ministério Público recusa injustificadamente a sua aplicação.

- c) nas contravenções penais e nos crimes que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
 - d) nos crimes de competência da Justiça Militar.
 - e) ao autor de infração penal condenado, pela prática de crime, à pena de multa, por sentença definitiva.
85. No procedimento do júri, presentes indícios da autoria e prova da materialidade, se ao término da instrução do sumário de culpa ficar provado tecnicamente que o acusado é semi-imputável, o juiz deverá:
- a) pronunciá-lo.
 - b) absolvê-lo sumariamente.
 - c) impronunciá-lo.
 - d) remeter os autos para o juízo comum para a prolação da sentença.
 - e) declarar nulo o processo e remeter os autos para o juízo comum.
86. Encerrada a instrução criminal de um processo em que o acusado foi denunciado pelo crime de furto (art. 155, caput, do Código Penal), o juiz entende que estão presentes provas de que, na verdade, o delito praticado por aquele foi de receptação qualificada (art. 180, §1º, do Código Penal), fato não descrito na denúncia. Em consequência, o juiz deverá:
- a) proferir sentença condenatória pelo crime de receptação.
 - b) baixar os autos do processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, se manifeste e requeira prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.
 - c) dar ciência ao Ministério Público e designar novo interrogatório do acusado e audiência de debates e julgamento.
 - d) remeter os autos ao Ministério Público para proceder ao aditamento da denúncia, no prazo legal, e ouvir o defensor do acusado sobre a nova imputação.
 - e) dar ciência ao Ministério Público e à defesa da nova classificação jurídica da infração penal, proferindo, após, a sentença definitiva.
87. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao recurso de apelação no processo penal:
- a) o assistente da acusação pode interpor apelação, mesmo se o Ministério Público não recorreu.
 - b) o Promotor de Justiça pode desistir parcialmente do seu inconformismo nas razões recursais, mudando o seu entendimento firmado no ato de interposição do recurso.
 - c) no caso de concurso de agentes, a decisão favorável ao réu apelante pode aproveitar o corréu, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.
 - d) a interposição da apelação admite os efeitos devolutivo, suspensivo, e extensivo.
 - e) no procedimento sumaríssimo, cabe o recurso de apelação da decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa.
88. Em relação ao *habeas corpus*, é correto afirmar que:
- a) sempre é possível a interposição de *habeas corpus* quando se tratar de punição disciplinar militar.
 - b) o *habeas corpus* liberatório é aquele interposto quando há uma ameaça de violência ou coação à liberdade de locomoção, por abuso de poder ou ilegalidade.
 - c) o promotor de justiça não pode figurar como autoridade coatora no pedido de *habeas corpus*;
 - d) não é cabível o *habeas corpus* quando a coação emanar de ato de particular.
 - e) o impetrante do *habeas corpus* não precisa ser representado por advogado.
89. É considerada nulidade relativa, que pode ser sanada:
- a) a falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.
 - b) a ilegitimidade de parte.
 - c) a falta de nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver.
 - d) a violação à incomunicabilidade dos jurados.
 - e) a suspeição do juiz.

90. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao regime disciplinar diferenciado:
- a) aplica-se ao preso provisório ou condenado que pratica crime doloso e provoca subversão da ordem ou disciplina interna.
 - b) aplica-se ao preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
 - c) somente o preso provisório ou condenado por crime hediondo ou assemelhado pode ser submetido ao regime disciplinar ou diferenciado.
 - d) tem como característica o recolhimento em cela individual.
 - e) pode ser aplicado a estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

VERSÃO 03

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa correta:
- a) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato, nos termos da lei.
 - b) é assegurado o direito de resposta, além da indenização exclusiva por dano material.
 - c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - d) a proteção constitucional da liberdade de manifestação do pensamento abrange o direito de expressar-se, oralmente ou por escrito, não englobando o de ouvir, assistir e ler.
 - e) todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo improrrogável de (30) trinta dias, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
2. Assinale a alternativa correta:
- a) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
 - b) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - c) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - d) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - e) a Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, ainda que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
3. Assinale a alternativa correta:
- a) é possível a cassação dos direitos políticos, sua perda ou suspensão, que se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa nos termos do art. 37, § 4º (CF).
 - b) não é possível a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem

- seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º (CF).
- c) a cassação dos direitos políticos só é possível nos casos de improbidade administrativa.
 - d) a perda ou a suspensão dos direitos políticos não é possível nem mesmo nos casos de improbidade administrativa e de incapacidade civil absoluta.
 - e) não é possível a cassação dos direitos políticos e nem a sua perda ou suspensão.
4. Assinale a alternativa que inclui em seu rol competência legislativa não privativa da União:
- a) desapropriação; águas, energia, informática; serviço postal; sistema monetário; trânsito e transporte; organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
 - b) sistemas de consórcios e sorteios; seguridade social, diretrizes e bases da educação nacional; atividades nucleares de qualquer natureza.
 - c) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas, fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; propaganda comercial.
 - d) defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional; registros públicos; direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
 - e) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; telecomunicações e radiodifusão; diretrizes da política nacional de transportes, jazidas minas, outros recursos minerais e metalurgia.
5. Assinale a alternativa que elenca todos os legitimados ativos para a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
- a) o Presidente da República, a Mesa do Senado, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República.
 - b) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - c) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - d) o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; os partidos políticos; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - e) o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
6. Dentre os atos normativos abaixo indicados, qual não está compreendido no processo legislativo brasileiro:
- a) emendas à Constituição.
 - b) leis ordinárias.
 - c) decretos legislativos.
 - d) resoluções.
 - e) portarias.

7. Em vista do regime jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:
- o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, excetuados os promotores de justiça substitutos não vitalícios, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
 - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos, o primeiro dentre todos seus integrantes, e o segundo, dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre todos os seus integrantes, respectivamente por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Conselho Superior do Ministério Público.
8. Não se inclui na competência tributária dos Estados e do Distrito Federal a instituição de impostos sobre:
- operações relativas à circulação de mercadorias.
 - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - a propriedade de veículos automotores.
 - transmissão "*causa mortis*" e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - produtos industrializados.
9. O Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal, é obrigatório:
- para cidades com mais de trinta (30) mil habitantes.
 - para cidades com mais de quinze (15) mil habitantes.
 - para cidades com mais de vinte (20) mil habitantes.
 - para cidades com mais de vinte e cinco (25) mil habitantes.
 - para todas as cidades, independente de sua população.
10. É incorreto afirmar ser função institucional do Ministério Público:
- promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
 - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo medidas necessárias a sua garantia.
 - promover o inquérito civil e, privativamente, a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
 - exercer o controle externo da atividade policial, na forma de suas leis orgânicas.
11. Assinale a alternativa em que a intervenção do Estado no Município dispensa apreciação pela Assembléia Legislativa:
- quando a dívida fundada deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.
 - na hipótese de não serem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
 - no caso de o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

- e) em todas hipóteses acima mencionadas.
12. O financiamento do sistema único de saúde é feito com recursos dos orçamentos:
- da Seguridade Social e da União.
 - dos Estados, do Distrito Federal e da União.
 - dos Estados, dos Municípios, e da União.
 - dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
13. Assinale a alternativa incorreta:
- para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - para efeito da proteção do Estado à Família, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, e entre as pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
 - fundados no princípio da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
 - é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.
 - a Floresta Amazônica brasileira, A Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
14. Quanto ao grau de sua alterabilidade ou mutabilidade, as Constituições Federais se classificam em:
- flexíveis, rígidas, semi-rígidas ou semiflexíveis, e super-rígidas.
 - promulgadas, outorgadas, cesaristas e pactuadas.
 - analíticas e sintéticas.
 - escritas e costumeiras.
 - rígidas e super-rígidas.
15. O controle de constitucionalidade abstrato de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal:
- é feito perante o Supremo Tribunal Federal.
 - não é admitido.
 - é feito perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - é feito perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - é feito perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
16. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos (3/5) dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:
- às emendas constitucionais.
 - às leis complementares.
 - às leis ordinárias.
 - às leis delegadas.
 - aos decretos legislativos.

UM APÓLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

– Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

– Deixe-me, senhora.

– Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

– Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

– Mas você é orgulhosa.

– Decerto que sou.

– Mas por quê?

– É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

– Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

– Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

– Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

– Também os batedores vão adiante do imperador.

– Você é imperador?

– Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto... [...]

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

– Ora agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: – Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: – Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária! (MACHADO DE ASSIS, J. M. **Contos Consagrados**. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.)

17. O título e o fato de o autor iniciar a narrativa com a expressão “era uma vez” permitem associar o texto com o gênero
- drama.
 - fábula.
 - romance.
 - novela.
 - lírico.
18. Assinale a alternativa que não está de acordo com o texto.
- Há quem se arrogue grande valor, embora esteja em posição inferior.
 - O alfinete, no texto, demonstra mais sabedoria do que a agulha.
 - O orgulho pode transformar-se em vergonha quando se é vencido.
 - Às vezes, é mais proveitoso evitar um confronto.
 - A agulha provou que a função exercida pela linha é inferior.

19. “Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!” A personagem, ao proferir esse enunciado, quis expressar que
- além de professor, também é costureiro.
 - muitas vezes, tem sido útil a quem não merece.
 - concorda com a superioridade da agulha sobre a linha.
 - tem sido vítima das provocações alheias.
 - está insatisfeito com as dificuldades da profissão de professor.
20. Assinale a alternativa que contém um período em que não há vício de linguagem.
- O policial deteve o acusado de estupro na escola.
 - A frota de Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil há quinhentos e dez anos atrás.
 - O funcionário exigiu que se pusesse uma rubrica em cada página do contrato.
 - Muitos clientes reclamaram do mal atendimento que receberam.
 - A linha é a principal protagonista da costura.
21. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma culta.
- Fazem mais de cem anos que Machado de Assis morreu.
 - Mais de um jornal publicaram a notícia.
 - Vossa Excelência quer que chamem vosso secretário?
 - Haverá seres inteligentes em outros planetas?
 - Ocorreu, entre a linha e a agulha, muitos desentendimentos.
22. Assinale a alternativa em que a redação está de acordo com a norma culta.
- A ascensão de Roma fascinou muitos historiadores.
 - O alfinete não entendia porque agulha e a linha discutiam.
 - O privilégio da linha causou mágoa à agulha.
 - Havia um empecílio a suas aspirações.
 - A agulha e a linha estavam na iminência de começarem a se degladiar.
23. “– Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.” Nesse trecho, as formas verbais “anda”, “aprende”, “cansas”, “ficas” e “faze” estão em relação de concordância com a segunda pessoa do singular. Alterando-se a concordância para a terceira pessoa do singular, obtém-se, mantendo-se os mesmos tempos verbais,
- “ande”, “aprende”, “canse”, “fique” e “faz”.
 - “anda”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - “anda”, “aprende”, “canse”, “fica” e “faz”.
 - “ande”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - “andas”, “aprendas”, “cansas”, “ficas” e “fazes”.
24. Assinale a alternativa em que a concordância nominal está de acordo com a norma culta.
- Segue incluso os relatórios solicitados.
 - Dado a falta de recursos, recorreu à caridade.
 - Os fatos falam por si sós.
 - A agulha estava meia aborrecida.
 - Ela mesmo iniciou a discussão.
25. Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com as normas gramaticais.
- Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)

- d) Duarte enfiou um chambre e, dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
- e) Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
26. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave está de acordo com a norma culta.
- a) À medida que à agulha passava, à linha à seguia.
- b) À medida que à agulha passava, à linha a seguia.
- c) A medida que a agulha passava, a linha à seguia.
- d) A medida que a agulha passava, à linha a seguia.
- e) À medida que a agulha passava, a linha a seguia.

DIREITO PENAL

27. Assinale a alternativa correta:
- a) ocorre a chamada adequação típica mediata quando o fato se amolda ao tipo legal sem a necessidade de qualquer outra norma.
- b) o princípio da insignificância incide diretamente sobre a punibilidade do agente.
- c) a exigência de um conteúdo material do crime não se satisfaz com a simples subsunção formal das condutas humanas.
- d) a constitucionalização do Direito Penal limita-se à valorização do princípio da legalidade estrita e ao conteúdo formal do princípio da reserva legal.
- e) a ultratividade *in mellius* da lei penal significa que a lei posterior aplica-se a eventos passados, salvo quando ela beneficia o réu.
28. A exposição de motivos da Parte Geral do Código Penal Brasileiro, ao referir-se à finalidade da individualização da pena, à vista de sua necessidade e eficácia para *reprovação e prevenção* do crime, afirma que “nesse conceito se define a Política Criminal preconizada no Projeto, da qual se deverão extrair todas as suas lógicas conseqüências”. A partir de tal afirmativa, assinale a alternativa correta:
- a) o Código Penal Brasileiro adotou a concepção da pena como imperativo categórico, a qual se amolda à teoria da prevenção geral negativa.
- b) o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da retribuição.
- c) a concepção da pena como medida de prevenção de delitos, acolhida pelo Código Penal (art. 59), amolda-se às chamadas teorias absolutas.
- d) o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da prevenção especial.
- e) o Código Penal adotou como um dos fundamentos da aplicação da pena o princípio da prevenção geral (art. 59), preconizado pelas teorias relativas.
29. Assinale a alternativa correta, no que se refere ao procedimento de aplicação da pena:
- a) os motivos determinantes do crime, como circunstância judicial, preponderam sobre as causas de aumento ou diminuição de pena.
- b) as causas de aumento de pena incidem em fase posterior à consideração das agravantes e atenuantes.
- c) na fixação da pena-base, o juiz levará em conta a eventual reincidência do réu.
- d) segundo entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, a quantidade das circunstâncias atenuantes pode fazer a pena-base recuar para aquém do mínimo legal.
- e) a menoridade relativa constitui causa obrigatória de diminuição de pena, a incidir na terceira etapa da aplicação da pena.
30. Assinale a alternativa incorreta:

- a) segundo o princípio da especialidade, a norma específica derroga a norma geral, ainda que aquela contenha conseqüências penais mais gravosas.
 - b) segundo o princípio da consunção, na hipótese de crime progressivo, as normas que definem crimes mais graves absorvem as de menor gravidade.
 - c) o resultado da ação não pode ser atribuído ao agente na hipótese da existência de causa absolutamente independente, salvo se esta for preexistente.
 - d) nos crimes comissivos por omissão, o agente, que possui o especial dever de agir, abstem-se dessa atuação.
 - e) nos crimes de perigo abstrato, o perigo é objeto de presunção *juris et de jure*.
31. Assinale a alternativa correta:
- a) a pena de detenção não pode ser cumprida em regime inicialmente fechado.
 - b) o condenado, não reincidente, a pena superior a oito anos de reclusão pode começar a cumpri-la em regime semi-aberto.
 - c) na hipótese de concurso formal imperfeito, aplica-se ao agente a pena mais grave das cabíveis ou, se iguais, só uma delas, aumentada de 1/6 até 1/2.
 - d) a prescrição intercorrente tem como baliza a pena aplicada na sentença condenatória, podendo abranger o período entre a sentença e o recebimento da denúncia.
 - e) é facultado ao juiz substituir a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, imposta ao réu reincidente pela prática do mesmo crime ou de diversa espécie, se constituir medida socialmente recomendável.
32. Assinale a alternativa correta:
- a) crime putativo por erro de tipo pressupõe a suposição errônea do agente sobre a existência da norma penal.
 - b) relativamente à tentativa, o Código Penal brasileiro adotou a teoria subjetiva.
 - c) crimes funcionais impróprios são aqueles que podem revestir-se de parcial atipicidade.
 - d) crimes subsidiários são aqueles para cuja caracterização se faz imprescindível outra norma definidora de suas elementares.
 - e) dá-se a ocorrência de crime falho quando o agente, por interferência externa, não consegue praticar todos os atos executórios necessários à consumação.
33. Assinale a alternativa correta:
- a) a possibilidade de redução da pena, nos termos da Lei n. 9.613/98 ("Lavagem de dinheiro"), condiciona-se à colaboração espontânea do partícipe com os autores, vedado idêntico benefício para o co-autor.
 - b) a possibilidade de redução da pena, prevista no art. 29, § 1º, do Código Penal, refere-se à participação e à co-autoria.
 - c) na hipótese de excesso de legítima defesa involuntária, com erro inevitável, o agente responderá pelo resultado a título de culpa.
 - d) nos delitos do *caput* e § 1º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 (Drogas), a possibilidade de redução da pena (§ 4º) condiciona-se ao fato de o agente, mesmo sem ostentar bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa.
 - e) nos crimes previstos na Lei nº 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária), cometidos em quadrilha ou co-autoria, a possibilidade de redução da pena favorecerá o co-autor ou partícipe que revelar a trama delituosa à autoridade policial ou judicial, por meio de confissão espontânea.
34. Assinale a alternativa correta:
- a) no crime de estelionato, na modalidade fundamental, a obtenção da vantagem, a decorrer da fraude, deve sucedê-la ou, ao menos, ser com ela concomitante.
 - b) no crime de apropriação indébita, constitui causa de aumento de pena (art. 168, § 1º, do Código Penal) o fato de o agente ter recebido a coisa na qualidade de ascendente ou descendente.
 - c) no crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque, o pagamento do título após o recebimento da denúncia impossibilita o prosseguimento da ação penal.

- d) para a caracterização do crime de apropriação indébita, constitui expressa disposição legal a exigência de prévia prestação de contas, na hipótese de relação contratual entre acusado e vítima.
- e) o crime de estelionato diferencia-se do crime de furto qualificado pela fraude porque neste a vítima entrega o bem após ser ludibriada pelo agente.
35. Assinale a alternativa correta:
- a) o ato de ter em depósito, no interior da própria residência, no exercício de atividade comercial, coisa que deve saber ser produto de crime de estelionato constitui crime de receptação na modalidade dolosa do art. 180, "caput", do Código Penal.
- b) o crime de receptação, nas modalidades dolosa ou culposa, pressupõe, por expressa disposição legal, a anterior prática de crime contra o patrimônio.
- c) no crime de receptação, a modalidade privilegiada (art. 180, § 5º, c.c. art. 155, § 2º, do CP) só pode ser reconhecida quando se tratar da figura culposa do delito.
- d) o crime de receptação imprópria implica necessariamente que o terceiro que adquire ou recebe a coisa esteja de boa-fé.
- e) o perdão judicial aplica-se à receptação culposa, mesmo na hipótese de o réu ser reincidente.
36. Assinale a alternativa correta:
- a) para a caracterização do crime de lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP), é dispensável a previsibilidade do agente relativamente à morte da vítima.
- b) na hipótese de subtração patrimonial mediante grave ameaça, da qual resulta de forma imprevista a morte da vítima, não se pode imputar ao agente a prática do crime de latrocínio (art. 157, § 3º, 2ª parte, do CP).
- c) no crime de extorsão, a ação extorsionária consiste em constranger a vítima mediante violência ou grave ameaça; no crime de concussão, a ação não necessita guardar relação com a função pública ou a qualidade do agente.
- d) o elemento subjetivo do delito de extorsão é o dolo, sendo prescindível o fim especial de agir.
- e) é isento de pena o autor de crime de extorsão em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legal ou ilegal, seja civil ou natural.
37. Assinale a alternativa incorreta:
- a) no crime de homicídio, constitui causa especial de diminuição de pena a circunstância de ser praticado por motivo de relevante valor social, que se refere aos interesses e anseios da vida em sociedade.
- b) constitui crime de homicídio culposo, por excesso, a hipótese de o agente policial acabar por levar a vítima à morte, após torturá-la para obter informação de que necessita.
- c) o homicídio culposo na modalidade de imperícia consiste na prática de ação profissional ou técnica, por despreparo ou falta de conhecimentos, de que resulta a morte da vítima.
- d) o crime de maus tratos contra idoso (Estatuto do Idoso), expondo a perigo sua integridade e saúde física ou psíquica, constitui modalidade típica de lei especial com figuras qualificadas pelo resultado.
- e) constitui crime de violação de domicílio a entrada em aposento ocupado de habitação coletiva, pertencente a terceiro, contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito.
38. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:
- I - o crime de falsidade ideológica comporta modalidades comissivas e omissivas;
- II - é possível a modalidade culposa do crime de falsificação de documento público;
- III - constitui crime de falsidade ideológica inserir dados inexatos em certidão de casamento verdadeira obtida junto ao cartório competente, mediante alteração dos dizeres, com o fim de prejudicar direito de terceiro;
- IV - o objeto material do crime de uso de documento falso constitui-se de papéis materialmente ou ideologicamente falsos.
- a) somente a III é verdadeira.
- b) somente a I e III são verdadeiras.

- c) somente a III e IV são verdadeiras.
 - d) somente a I e IV são verdadeiras.
 - e) somente a II e IV são verdadeiras.
39. Dos enunciados abaixo, referentes à Lei nº 11.343/06 (Drogas), aponte o único verdadeiro:
- a) no regime da Lei nº 11343/06, é possível a concessão de *sursis* aos réus condenados pela prática do delito do art. 33, “caput” (tráfico de drogas).
 - b) no regime da Lei nº 11.343/06, na fixação das penas, o juiz levará em conta, com preponderância sobre as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, a quantidade da droga e sua natureza, bem assim a personalidade e a conduta do agente.
 - c) constitui causa de aumento de pena, relativamente ao delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06), o fato de a infração ser cometida nas imediações de condomínios residenciais.
 - d) o crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11343/06) tem como descrição típica, à semelhança do crime do art. 288 do Código Penal (quadrilha ou bando), associarem-se mais de três pessoas para o fim de praticar qualquer dos crimes dos artigos 33, *caput*, e § 1º e 34 da Lei nº 11.343/06.
 - e) semear ou cultivar, para consumo pessoal e ainda que em pequena quantidade, plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de droga capaz de causar dependência física ou psíquica caracteriza modalidade do delito de tráfico de droga.
40. Assinale a alternativa correta:
- a) constitui causa de aumento de pena, nos crimes de disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo, sua prática por parte de integrantes das empresas de segurança privada e de transporte de valores.
 - b) o crime de omissão de cautela (art. 13 da Lei nº 10.826/03 – Lei do Desarmamento) sujeita o autor às penas de um a dois anos de detenção, na hipótese de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que qualquer cidadão se apodere de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua posse ou que sejam de sua propriedade.
 - c) o crime de posse irregular de arma de fogo (art. 12 da Lei nº 10.826/03) não distingue, no seu apenamento, se a arma, acessório ou munição são de uso permitido ou restrito.
 - d) com o advento da Lei nº 10.826/03, a contravenção de porte ilegal de arma, prevista no art. 19 da Lei das Contravenções Penais, passou a ter como objeto apenas munições em geral e armas brancas.
 - e) acionar munição em lugar habitado ou em via pública, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime, constitui a contravenção penal descrita no art. 28 da Lei das Contravenções Penais.
41. Assinale a alternativa correta:
- a) constitui crime de poluição, descrito no art. 54 da Lei nº 9.605/98 (Crimes ambientais), o ato de causar poluição de qualquer natureza, que resulte em danos à saúde humana, na mortandade de animais ou na destruição, ainda que não significativa, da flora.
 - b) os crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, não admitem a modalidade culposa.
 - c) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a colaboração do réu com os agentes de vigilância e controle ambiental constitui circunstância atenuante.
 - d) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas partícipes do mesmo fato, mas não as que atuam como autoras ou co-autoras.
 - e) constitui crime, previsto na Lei nº 9.605/98, a realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, para fins didáticos ou científicos, ainda que, para tanto, não existam recursos alternativos.
42. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:

- I – o ato de simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio da montagem de vídeo constitui crime definido na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em que só se procede mediante representação;
 - II – o fato de privar adolescente de sua liberdade sem obedecer às formalidades legais (flagrante de ato infracional ou ordem escrita de autoridade judiciária) constitui crime previsto na Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade), que prevalece sobre norma correspondente da Lei nº 8.069/90 (ECA);
 - III – o fato de deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de adolescente ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão constitui crime previsto Lei nº 8.069/90 (ECA), que prevalece sobre a Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade);
 - IV – nos crimes da Lei nº 4.898/65, a aplicação da sanção penal obedecerá às regras do Código Penal, podendo as penas ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- a) somente a III é verdadeira.
 - b) somente a I e a IV são verdadeiras.
 - c) somente a II e a III são verdadeiras.
 - d) somente a IV é verdadeira.
 - e) somente a III e a IV são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao inquérito policial:
- a) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente pode instaurar o inquérito policial a requerimento do ofendido.
 - b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
 - c) a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito policial.
 - d) a autoridade policial pode indeferir o pedido de instauração de inquérito policial feito pelo ofendido.
 - e) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, consolidado em Súmula Vinculante, o defensor do investigado pode ter acesso aos elementos de convencimento já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão da polícia judiciária, desde que digam respeito ao exercício da defesa e no interesse do seu representado.
44. Assinale a alternativa correta. A ação controlada:
- a) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, consistente em realizar interceptações telefônicas pela autoridade policial para identificar os suspeitos da autoria dessas infrações penais.
 - b) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste em uma ordem judicial permitindo o acesso aos dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais dos suspeitos de tais condutas.
 - c) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste na decretação judicial da apreensão ou sequestro bens, direitos ou valores do suspeito da autoria desses delitos.
 - d) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo e consiste em retardar a intervenção policial do que se supõe fato praticado por organizações criminosas, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
 - e) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, que depende de ordem judicial e visa a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise.

45. No processo comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente (art. 397, Código de Processo Penal) quando:
- a) a denúncia for inepta.
 - b) o autor da infração penal agiu manifestamente em legítima defesa.
 - c) não existirem suficientes indícios de autoria ou prova da materialidade do fato.
 - d) o Ministério Público for parte ilegítima para o exercício da ação penal.
 - e) houver dúvida sobre a sua inimizabilidade.
46. São princípios que regem a ação penal privada:
- a) disponibilidade e indivisibilidade.
 - b) obrigatoriedade e intranscendência.
 - c) indivisibilidade e obrigatoriedade.
 - d) oportunidade e indisponibilidade.
 - e) intranscendência e indisponibilidade.
47. Assinale a afirmativa incorreta, em relação à prisão preventiva:
- a) a prisão preventiva não é admitida nas contravenções penais e nos delitos culposos.
 - b) a prisão preventiva pode ser decretada, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
 - c) a apresentação espontânea do acusado à autoridade policial não impede a decretação da prisão preventiva.
 - d) admite-se a prisão preventiva nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que a infração penal seja dolosa e para garantir a execução das medidas urgentes para a proteção da mulher.
 - e) admite-se nos crimes dolosos, punidos com reclusão, desde que a pena mínima cominada seja igual ou superior a dois anos.
48. Assinale a alternativa incorreta. A liberdade provisória sem exigência de fiança, mediante termo do beneficiário de comparecer a todos os atos do processo onde sua presença for exigida, pode ser concedida:
- a) quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado pela legítima defesa.
 - b) na hipótese de o juiz verificar que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva.
 - c) quando o agente, por motivo de pobreza, embora afiançável a infração penal, não puder prestá-la.
 - d) pela autoridade policial nos casos de infração penal punida com detenção ou prisão simples.
 - e) se o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado por uma causa excludente da ilicitude.
49. Ocorre a derrogação da competência territorial:
- a) nos casos de conexão.
 - b) nos casos de continência.
 - c) na hipótese de prevenção.
 - d) quando o crime é praticado fora do território nacional, em embarcações e aeronaves.
 - e) na hipótese de desaforamento.
50. Assinale a alternativa correta, em relação à interceptação de comunicações telefônicas:
- a) não será admitida se a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
 - b) pode ser deferida para a investigação de infrações penais punidas no máximo com detenção.
 - c) deve ser concluída no prazo de dez dias, prorrogável por igual período.
 - d) somente é admitida no curso de uma investigação criminal.
 - e) o resultado da interceptação, acompanhado de auto circunstanciado, deve ser apensado nos autos do processo criminal, por decisão judicial, após o trânsito em julgado da sentença definitiva.

51. A regra da objetividade do depoimento (art. 213 do CPP) pressupõe que a testemunha:
- Não possa depor sobre o fato de que teve conhecimento por “*ouvir dizer*”.
 - deponha apenas sobre o fato principal, vedado o testemunho de circunstâncias secundárias.
 - não manifeste opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
 - relate apenas os fatos passados, sem considerações futuras;
 - não possa se eximir da obrigação de depor.
52. Assinale a afirmativa correta. A transação penal pode ser proposta:
- ao autor de infração penal de menor potencial ofensivo que foi beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, pela transação penal;
 - ao autor da infração penal, pelo juiz de direito, de ofício, segundo entendimento consolidado em Súmula do Supremo Tribunal Federal, quando o membro do Ministério Público recusa injustificadamente a sua aplicação.
 - nas contravenções penais e nos crimes que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
 - nos crimes de competência da Justiça Militar.
 - ao autor de infração penal condenado, pela prática de crime, à pena de multa, por sentença definitiva.
53. No procedimento do júri, presentes indícios da autoria e prova da materialidade, se ao término da instrução do sumário de culpa ficar provado tecnicamente que o acusado é semi-imputável, o juiz deverá:
- pronunciá-lo.
 - absolvê-lo sumariamente.
 - impronunciá-lo.
 - remeter os autos para o juízo comum para a prolação da sentença.
 - declarar nulo o processo e remeter os autos para o juízo comum.
54. Encerrada a instrução criminal de um processo em que o acusado foi denunciado pelo crime de furto (art. 155, caput, do Código Penal), o juiz entende que estão presentes provas de que, na verdade, o delito praticado por aquele foi de receptação qualificada (art. 180, §1º, do Código Penal), fato não descrito na denúncia. Em consequência, o juiz deverá:
- proferir sentença condenatória pelo crime de receptação.
 - baixar os autos do processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, se manifeste e requeira prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.
 - dar ciência ao Ministério Público e designar novo interrogatório do acusado e audiência de debates e julgamento.
 - remeter os autos ao Ministério Público para proceder ao aditamento da denúncia, no prazo legal, e ouvir o defensor do acusado sobre a nova imputação.
 - dar ciência ao Ministério Público e à defesa da nova classificação jurídica da infração penal, proferindo, após, a sentença definitiva.
55. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao recurso de apelação no processo penal:
- o assistente da acusação pode interpor apelação, mesmo se o Ministério Público não recorreu.
 - o Promotor de Justiça pode desistir parcialmente do seu inconformismo nas razões recursais, mudando o seu entendimento firmado no ato de interposição do recurso.
 - no caso de concurso de agentes, a decisão favorável ao réu apelante pode aproveitar o corrêu, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.
 - a interposição da apelação admite os efeitos devolutivo, suspensivo, e extensivo.
 - no procedimento sumaríssimo, cabe o recurso de apelação da decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa.
56. Em relação ao *habeas corpus*, é correto afirmar que:

- a) sempre é possível a interposição de *habeas corpus* quando se tratar de punição disciplinar militar.
 - b) o *habeas corpus* liberatório é aquele interposto quando há uma ameaça de violência ou coação à liberdade de locomoção, por abuso de poder ou ilegalidade.
 - c) o promotor de justiça não pode figurar como autoridade coatora no pedido de *habeas corpus*;
 - d) não é cabível o *habeas corpus* quando a coação emanar de ato de particular.
 - e) o impetrante do *habeas corpus* não precisa ser representado por advogado.
57. É considerada nulidade relativa, que pode ser sanada:
- a) a falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.
 - b) a ilegitimidade de parte.
 - c) a falta de nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver.
 - d) a violação à incomunicabilidade dos jurados.
 - e) a suspeição do juiz.
58. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao regime disciplinar diferenciado:
- a) aplica-se ao preso provisório ou condenado que pratica crime doloso e provoca subversão da ordem ou disciplina interna.
 - b) aplica-se ao preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
 - c) somente o preso provisório ou condenado por crime hediondo ou assemelhado pode ser submetido ao regime disciplinar ou diferenciado.
 - d) tem como característica o recolhimento em cela individual.
 - e) pode ser aplicado a estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

DIREITO CIVIL

59. Assinale a alternativa correta:
- a) na usucapião urbana individual, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), não é possível levar-se a efeito aquisição de terreno inferior ao mínimo módulo urbano.
 - b) a usucapião rural consagrada no artigo 1.239 do Código Civil, que exige a chamada posse trabalho/moradia, não reclama *animus domini* da parte usucapiente.
 - c) a usucapião coletiva pode ter como objeto áreas particulares e públicas.
 - d) os bens dominicais, à luz do novo Código Civil Brasileiro, podem ser usucapidos.
 - e) na usucapião coletiva, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), como regra geral, a cada possuidor será atribuída, por decisão judicial, igual fração ideal de terreno.
60. Assinale a alternativa correta:
- a) o casamento daquele que não alcançou 16 (dezesesseis) anos será permitido nos casos de gravidez.
 - b) a autorização tácita dos representantes legais do incapaz, para fins de casamento, não possui relevância jurídica.
 - c) a idade núbil é 15 anos.
 - d) é pressuposto legal para o deferimento do pedido de suprimento judicial de idade para casamento a demonstração da maturidade do nubente que não atingiu a idade núbil.
 - e) a anulação do casamento daquele que não atingiu a idade núbil pode ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais e por seus ascendentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da cessação da incapacidade, no primeiro caso, e do casamento, nas demais hipóteses.
61. JOSÉ e MARIA doaram a sua única filha, LÚCIA, todos os imóveis de sua propriedade, reservando para o casal o usufruto dos bens. À época da doação, CARLOS, fruto de outro relacionamento de JOSÉ, já havia sido concebido. CARLOS, quando contava com cinco anos,

representado por sua mãe, promoveu ação visando anular a doação efetivada por JOSÉ e MARIA a sua irmã LÚCIA.

Assinale a alternativa correta:

- a) deve ser considerada inoficiosa a doação de $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens imóveis.
- b) a doação não é nula, pois JOSÉ e MARIA ao instituírem o usufruto sobre os imóveis doados cumpriram a determinação legal de preservar renda suficiente para a subsistência do casal.
- c) a doação é juridicamente inexistente.
- d) a doação não é nula, pois os doadores podiam dispor do patrimônio, com reserva do usufruto para si, considerando que a doação ocorreu antes do nascimento de CARLOS.
- e) é nula a doação da totalidade dos imóveis de propriedade de JOSE e MARIA a filha LÚCIA, pois os direitos do nascituro devem ser preservados.

62. Assinale a alternativa correta:

- a) os pressupostos para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica são: existência da pessoa jurídica, podendo se tratar de sociedade de fato; exaurimento do seu patrimônio social; abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
- b) a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, diante da autonomia patrimonial de que goza a pessoa jurídica.
- c) a desconsideração da personalidade jurídica não se aplica no Direito de Família.
- d) o Ministério Público intervindo no processo como "custos legis" não possui legitimidade para requerer ao juiz que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- e) o Ministério Público intervindo no processo como "custos legis" não possui legitimidade para postular a desconsideração da personalidade jurídica, salvo existindo interesse de incapaz.

63. Assinale a alternativa correta:

- a) o princípio da autonomia privada, segundo o qual o sujeito de direito pode contratar com liberdade, está limitado à ordem pública e à função social do contrato.
- b) a exigência da boa-fé se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.
- c) segundo o entendimento sumular, a cláusula contratual limitativa de dias de internação hospitalar é perfeitamente admissível quando comprovado que o contratante do seguro saúde estava ciente do seu teor.
- d) a função social justifica o descumprimento do contrato, com fundamento exclusivo na debilidade financeira.
- e) os contratos atípicos não exigem a observância rigorosa das normas gerais fixadas no Código Civil, pois que nestes casos os contratantes possuem maior liberdade para contratar.

64. Assinale a alternativa correta:

- a) a abertura da sucessão ocorre com a distribuição do inventário dos bens deixados pelo "de cuius".
- b) realizada a partilha dos bens do falecido e havendo ainda dívidas, os herdeiros por elas respondem integralmente.
- c) JOSÉ veio a falecer em decorrência de acidente de trânsito, sendo que seu irmão JOÃO, também vítima do mesmo acidente, sobreviveu por alguns dias, vindo a falecer. JOSÉ não possuía ascendentes, descendentes, cônjuge ou companheira, mas tão somente outros três irmãos. Aberta a sucessão e realizada a partilha, coube $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens por ele deixados a cada um dos irmãos.
- d) aquele que pretender estabelecer disposições especiais sobre o seu enterro deverá fazê-lo, necessariamente, por meio de testamento público, cerrado ou particular.

- e) o direito de representação, segundo estabelece o Código Civil, dá-se na linha ascendente e descendente, assim como na linha transversal, mas neste caso somente em favor dos filhos de irmãos do falecido.
65. Assinale a alternativa incorreta:
- a) a interpretação extensiva é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito quando não existir norma jurídica que regule a matéria.
 - b) o princípio geral de direito introduzido no direito positivo caracteriza-se como cláusula geral.
 - c) a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito são elementos de integração do direito.
 - d) a *analogia legis* é a analogia propriamente dita e a *analogia juris* é a que dá solução igual a duas hipóteses em virtude da mesma razão de direito.
 - e) a equidade é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito nos casos de lacuna da lei.
66. Assinale a alternativa correta:
- a) na linha colateral, o parentesco encerra-se no sexto grau, sendo, pois, para fins jurídicos, finito.
 - b) o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro, não se extinguindo com a dissolução do casamento ou da união estável.
 - c) o parentesco pode ser natural ou civil. O primeiro decorre dos laços biológicos, da consanguinidade. O segundo, de outra origem, sendo exemplo desta espécie de parentesco a inseminação artificial heteróloga.
 - d) o ato de reconhecimento de filho é nulo quando feito sob condição ou termo.
 - e) o castigo imoderado do filho pelo pai é causa de extinção do poder familiar.
67. Assinale a alternativa correta:
- a) as agências reguladoras, como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), consideradas autarquias sob regime especial, são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - b) quando o Código Civil estabelece que o Ministério Público velará pelas fundações, acaba por lhe autorizar uma ação efetiva de fiscalização tanto na esfera administrativa como judicial. Não obstante tal disposição legal, não está o membro do “Parquet” legitimado a ingressar com o procedimento tendente a extinguir a fundação.
 - c) o Código Civil considera como pessoas jurídicas de direito privado somente as associações, as sociedades e as fundações.
 - d) a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno pressupõe a ação ou omissão, culposa ou dolosa, dos seus agentes, o dano causado a terceiros e a relação de causalidade.
 - e) as organizações religiosas, os partidos políticos e as associações beneficentes, constituídas segundo leis anteriores, não ficaram sujeitas a se adaptarem à disposições do Código Civil de 2002.
68. Assinale a alternativa incorreta:
- a) o pagamento espontâneo de dívida prescrita não pode ser repetido.
 - b) tratando-se de obrigação não suscetível de fracionamento, suspenda a prescrição em favor de um dos credores solidários, aos demais será estendida.
 - c) a prescrição e a decadência legal podem ser conhecidas de ofício pelo juiz. A prescrição pode ser renunciada. A decadência fixada em lei não pode ser objeto de renúncia.
 - d) o direito a alimentos, como é sabido, é imprescritível. Há previsão na lei civil, porém, estabelecendo que a pretensão para haver prestações alimentares estabelecidas judicialmente prescreve, a partir do vencimento, em cinco anos.
 - e) a responsabilidade dos assistentes dos relativamente incapazes e dos representantes legais das pessoas jurídicas, que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente, não é objetiva.

69. Assinale a alternativa incorreta:
- a) o Código Civil adota como regra a responsabilidade civil subjetiva.
 - b) o chamado “dano remoto” não é indenizável.
 - c) a responsabilidade civil do incapaz é subsidiária e a indenização correspondente é equitativa.
 - d) a responsabilidade civil do curador, tutor e pais em razão de atos praticados, respectivamente, pelos curatelados, pupilos e filhos menores, restringe-se aos danos materiais por estes causados a terceiros.
 - e) a indenização por dano moral prescinde da comprovação do dano material.
70. Assinale a alternativa correta:
- a) são exemplos de possuidor direto: o usufrutuário, o locador, o credor pignoratício.
 - b) o compossuidor só pode exercer atos possessórios sobre a sua parte ideal no bem.
 - c) o sucessor universal e o sucessor singular continuam de direito a posse do seu antecessor.
 - d) a posse turbada ou esbulhada pode ser autotutelada, sendo requisitos indispensáveis de tal espécie de defesa a imediatidade e a proporcionalidade.
 - e) o possuidor direto não pode defender sua posse contra o possuidor indireto.
71. Assinale a alternativa correta:
- a) os nascimentos, casamentos, divórcios e óbitos são averbados no Registro Civil de Pessoas Naturais.
 - b) o enteado ou a enteada poderá adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que assim requeira ao Oficial do Registro Civil. A averbação somente será autorizada caso haja concordância expressa do padrasto ou da madrasta.
 - c) a averbação é modalidade de ato registrário e tem caráter acessório.
 - d) os pais podem sempre escolher o prenome dos filhos.
 - e) no caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, será feito um assento com os elementos que couberem e com remissão ao óbito.
72. Assinale a afirmativa correta:
- a) a fiscalização de entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso compete exclusivamente ao Ministério Público.
 - b) a internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental pode ser voluntária ou involuntária, sendo vedada a internação compulsória.
 - c) segundo o Estatuto do Idoso, as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título extrajudicial, nos termos da lei processual civil.
 - d) a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, estabelecida no Estatuto do Idoso, é assegurada apenas quando o Idoso figurar como autor.
 - e) a internação psiquiátrica involuntária da pessoa portadora de transtorno mental somente poderá ser autorizada em procedimento judicial, instruído com laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos, devendo o Ministério Público intervir no feito como “custos legis”.
73. Assinale a alternativa incorreta:
- a) falecendo o usufrutuário, o direito de usufruto transmite-se aos seus herdeiros.
 - b) não existe usufruto sucessivo.
 - c) no usufruto o direito de crescer depende de estipulação expressa.
 - d) é possível o usufruto simultâneo.
 - e) o nu-proprietário, observados os direitos do usufrutuário, pode dispor do bem que se encontra gravado com o usufruto.
74. Assinale a alternativa incorreta:
- a) não é possível executar provisoriamente sentença estrangeira.

- b) a execução da sentença estrangeira pressupõe homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) as sentenças estrangeiras meramente declaratórias do estado de pessoas dependem de homologação.
- d) o *exequatur* da carta rogatória somente será concedido se não contrariar a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes.
- e) será permitido o novo casamento no Brasil, desde que os nubentes façam juntar na habilitação matrimonial a sentença do divórcio proferida no estrangeiro há mais de um ano, devidamente traduzida, em língua portuguesa, por intérprete autorizado ou juramentado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75. Sobre recursos é correto afirmar-se:
- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, entretanto, fica condicionado à anuência do recorrido.
 - b) O recurso interposto por um dos litisconsortes não tem condão de aproveitar aos demais.
 - c) A insuficiência no valor do preparo não importa em deserção, ainda que o recorrente seja intimado para supri-lo.
 - d) Os Estados, o Ministério Público, a União, os Municípios, assim como as respectivas autarquias, não estão dispensados de preparar seus recursos.
 - e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida, mas somente no que tiver sido objeto do recurso.
76. É correto afirmar em sede de embargos declaratórios:
- a) Que a decisão proferida em decorrência de sua interposição não se integra à decisão omissa, porquanto a natureza jurídica desse recurso é tão somente a de esclarecer a decisão embargada.
 - b) Que a sua interposição não interrompe o prazo de apelação.
 - c) Podem, casualmente, deter caráter infringente, de molde a permitir a impressão de efeitos modificativos no bojo da decisão omissa, contraditória ou materialmente incorreta.
 - d) Se manejados com o intuito de suscitar prequestionamento, na eventualidade de o órgão julgador insistir na omissão, é cabível a imposição da multa de que trata o parágrafo único do artigo 538, do Código de Processo Civil.
 - e) O Ministério Público não detém a prerrogativa discriminada no artigo 188 do Código de Processo Civil (prazo em dobro), quando agitar embargos declaratórios com a finalidade de aviar recursos especial e/ou extraordinário, eis que a dilação do prazo recursal reside apenas nas instâncias ordinárias.
77. Marque a alternativa correta:
- a) O possuidor tem direito à retenção por benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
 - b) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no de turbacão.
 - c) Na pendência do processo possessório, é permitido, assim ao autor como ao réu, intentar açã de reconhecimento do domínio.
 - d) Para efeitos de concessão de liminar, o Código de Processo Civil não faz distinção entre posse nova e posse velha.
 - e) Cabe liminar na açã possessória intentada no prazo de seis meses da violacão.
78. Os embargos do devedor, na açã de execuão por título extrajudicial contra devedor solvente:
- a) Podem ser opostos independentemente de segurana do juízo.
 - b) Podem ser opostos somente após seguro o juízo.
 - c) Em regra, terão efeito suspensivo.
 - d) Nunca terão efeito suspensivo.

- e) Nenhuma das anteriores.
79. A sentença no procedimento de jurisdição voluntária poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos:
- De ofício pelo Juiz, a qualquer tempo, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
 - A requerimento do interessado, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
 - A requerimento do interessado, por haver esquecido de juntar prova documental relevante.
 - A requerimento do Ministério Público, na condição de fiscal de lei.
 - A requerimento das partes, no prazo recursal, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
80. Assinale a alternativa correta:
- O juiz deve indeferir o pedido de produção de prova testemunhal quando já houver prova documental apta a provar a veracidade da alegação de fato feita pela parte.
 - Não é lícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
 - As declarações constantes em documento particular geram presunção absoluta de veracidade em relação aos signatários.
 - Dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal absoluta de existência ou de veracidade.
 - Nenhuma delas é verdadeira.
81. Na chamada “Ação de desapropriação indireta”, o desapossado:
- Não pode invocar defesa possessória como reintegração de posse, apenas podendo reclamar indenização.
 - Pode reclamar indenização pela ocupação ilícita decorrente do esbulho feito por autoridade pública.
 - Pode invocar defesa possessória, vedado reclamar indenização.
 - Não pode optar entre utilizar a via possessória ou a indenizatória.
 - Deve aguardar ajuizamento de ação expropriatória pelo poder público, para nela se defender.
82. Na interpretação da lei processual:
- Aplica-se sempre a máxima *in claris cessat interpretatio* (na clareza, cessa a interpretação);
 - A sua finalidade é estabelecida de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil.
 - Há incompatibilidade entre a interpretação teleológica e a natureza pública que lhe é inerente.
 - É defeso reduzir-se a dimensão do comando normativo.
 - Promover-se-á a integração da norma processual.
83. As normas processuais são de Direito Público pelo fato de regerem relação com o Estado. Por isso:
- Elas são todas cogentes.
 - Elas são todas dispositivas.
 - Elas podem ser tanto cogentes como dispositivas.
 - São supletivas e integrativas.
 - Nenhuma das anteriores.
84. Os alimentos estipulados em escritura pública (Lei n 11.444/07) de separação ou divórcio:
- Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos, procedimento vedado pela Constituição Federal.
 - Autorizam a prisão civil do devedor de alimentos, em razão da natureza do crédito.
 - Nenhuma resposta correta.

85. Na ação de responsabilidade civil por dano ecológico em que o causador negue responsabilidade:
- É necessário que o autor demonstre a ocorrência de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É Irrelevante a demonstração de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É necessário aferir a ocorrência de culpa ou dolo por parte do responsável pelo dano.
 - Se a autoridade competente autorizar o ato e os cuidados forem tomados para evitá-lo, a indenização do dano será afastada.
 - A existência de seguro ambiental afasta a responsabilidade pessoal do causador do dano.
86. Assinale a alternativa correta. João teve negada ação de usucapião por não demonstrado o *tempus* necessário para a aquisição dominial:
- O caso é de carência de ação, não podendo reiterar o pedido.
 - O caso é de improcedência da ação, o que opera coisa julgada impedindo reproposição da ação.
 - O caso é de improcedência da ação, que poderá ser reproposta se completado ulteriormente o decurso do tempo.
 - O caso é de improcedência da ação, podendo ser ajuizada ação rescisória caso, no período de dois anos, se complete o período de tempo aquisitivo.
 - O caso é de carência da ação, cabendo ação rescisória, caso se complete o período de tempo aquisitivo.
87. Assinale a alternativa correta. José pretende a decretação de nulidade da decisão de primeiro grau que homologou a adjudicação:
- Caberá ação anulatória ou de rescisão perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação rescisória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação anulatória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação rescisória perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação anulatória perante o Juízo do local do imóvel adjudicado (*forum rei sitae*) se este for situado em comarca diversa daquela do Juízo homologador.
88. A apelação contra sentença que decreta a improcedência de ação declaratória de título e improcedência dos embargos à execução tem os seguintes efeitos, quanto aos recursos:
- Suspensivo e devolutivo para ambos os recursos.
 - Efeito apenas devolutivo quanto à declaratória e devolutivo/suspensivo quanto aos embargos.
 - Apenas efeito devolutivo quanto aos dois recursos.
 - Efeito devolutivo/suspensivo quanto à declaratória e apenas devolutivo quanto aos embargos.
 - Apenas efeito suspensivo quanto aos dois recursos.
89. Assinale a alternativa correta:
- No processo relacionado com interesse de incapaz, o Ministério Público, como fiscal da lei, manifesta-se, nos debates finais, antes das partes.
 - O Ministério Público sempre intervém nas ações de desapropriação.
 - Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o Ministério Público não tem a prerrogativa do prazo processual em dobro.
 - O prazo para o Ministério Público indicar testemunhas, nas ações em que intervém como fiscal da lei, é peremptório.
 - O Ministério Público, agindo como fiscal da lei, não está vinculado ao interesse da parte que justificou a sua intervenção.
90. Assinale a alternativa incorreta:
- A petição inicial deve indicar o juiz ou tribunal a que é dirigida.

- b) A petição inicial deve indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- c) Nas ações declaratórias, deve constar na petição inicial o respectivo pedido de condenação.
- d) Na petição inicial, é indispensável o requerimento de citação do réu.
- e) A petição inicial poderá conter pedidos alternativos.

VERSÃO 04

LÍNGUA PORTUGUESA

UM APÓLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

– Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

– Deixe-me, senhora.

– Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

– Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

– Mas você é orgulhosa.

– Decerto que sou.

– Mas por quê?

– É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

– Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu, e muito eu?

– Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

– Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás, obedecendo ao que eu faço e mando...

– Também os batedores vão adiante do imperador.

– Você é imperador?

– Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto... [...]

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava a um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha, para mofar da agulha, perguntou-lhe:

– Ora agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: – Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: – Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária! (MACHADO DE ASSIS, J. M. **Contos Consagrados**. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.)

1. O título e o fato de o autor iniciar a narrativa com a expressão “era uma vez” permitem associar o texto com o gênero
 - a) drama.
 - b) fábula.
 - c) romance.
 - d) novela.
 - e) lírico.

2. Assinale a alternativa que não está de acordo com o texto.
 - a) Há quem se arrogue grande valor, embora esteja em posição inferior.
 - b) O alfinete, no texto, demonstra mais sabedoria do que a agulha.
 - c) O orgulho pode transformar-se em vergonha quando se é vencido.
 - d) Às vezes, é mais proveitoso evitar um confronto.
 - e) A agulha provou que a função exercida pela linha é inferior.

3. “Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!” A personagem, ao proferir esse enunciado, quis expressar que
 - a) além de professor, também é costureiro.
 - b) muitas vezes, tem sido útil a quem não merece.
 - c) concorda com a superioridade da agulha sobre a linha.
 - d) tem sido vítima das provocações alheias.
 - e) está insatisfeito com as dificuldades da profissão de professor.

4. Assinale a alternativa que contém um período em que não há vício de linguagem.
 - a) O policial deteve o acusado de estupro na escola.
 - b) A frota de Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil há quinhentos e dez anos atrás.
 - c) O funcionário exigiu que se pusesse uma rubrica em cada página do contrato.
 - d) Muitos clientes reclamaram do mal atendimento que receberam.
 - e) A linha é a principal protagonista da costura.

5. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma culta.
 - a) Fazem mais de cem anos que Machado de Assis morreu.
 - b) Mais de um jornal publicaram a notícia.
 - c) Vossa Excelência quer que chamem vosso secretário?
 - d) Haverá seres inteligentes em outros planetas?
 - e) Ocorreu, entre a linha e a agulha, muitos desentendimentos.

6. Assinale a alternativa em que a redação está de acordo com a norma culta.
 - a) A ascensão de Roma fascinou muitos historiadores.
 - b) O alfinete não entendia porque agulha e a linha discutiam.
 - c) O privilégio da linha causou mágoa à agulha.
 - d) Havia um empecílio a suas aspirações.
 - e) A agulha e a linha estavam na iminência de começarem a se degladiar.

7. “– Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.” Nesse trecho, as formas verbais “anda”, “aprende”, “cansas”, “ficas” e “faze” estão em relação de concordância com a segunda pessoa do singular. Alterando-se a concordância para a terceira pessoa do singular, obtém-se, mantendo-se os mesmos tempos verbais,
 - a) “ande”, “aprende”, “canse”, “fique” e “faz”.
 - b) “anda”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - c) “anda”, “aprende”, “canse”, “fica” e “faz”.
 - d) “ande”, “aprenda”, “cansa”, “fica” e “faça”.
 - e) “andas”, “aprendas”, “cansas”, “ficas” e “fazes”.

8. Assinale a alternativa em que a concordância nominal está de acordo com a norma culta.
- Segue incluso os relatórios solicitados.
 - Dado a falta de recursos, recorreu à caridade.
 - Os fatos falam por si sós.
 - A agulha estava meia aborrecida.
 - Ela mesmo iniciou a discussão.
9. Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com as normas gramaticais.
- Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves, com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar, parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre e, dirigiu-se para a sala, onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
 - Duarte enfiou um chambre, e dirigiu-se para a sala onde Lopo Alves com um rolo debaixo do braço, e os olhos fitos no ar parecia totalmente alheio à chegada do bacharel. (Machado de Assis)
10. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave está de acordo com a norma culta.
- À medida que à agulha passava, à linha à seguia.
 - À medida que à agulha passava, à linha a seguia.
 - A medida que a agulha passava, a linha à seguia.
 - A medida que a agulha passava, à linha a seguia.
 - À medida que a agulha passava, a linha a seguia.

DIREITO PENAL

11. Assinale a alternativa correta:
- ocorre a chamada adequação típica mediata quando o fato se amolda ao tipo legal sem a necessidade de qualquer outra norma.
 - o princípio da insignificância incide diretamente sobre a punibilidade do agente.
 - a exigência de um conteúdo material do crime não se satisfaz com a simples subsunção formal das condutas humanas.
 - a constitucionalização do Direito Penal limita-se à valorização do princípio da legalidade estrita e ao conteúdo formal do princípio da reserva legal.
 - a ultratividade *in mellius* da lei penal significa que a lei posterior aplica-se a eventos passados, salvo quando ela beneficia o réu.
12. A exposição de motivos da Parte Geral do Código Penal Brasileiro, ao referir-se à finalidade da individualização da pena, à vista de sua necessidade e eficácia para *reprovação* e *prevenção* do crime, afirma que “nesse conceito se define a Política Criminal preconizada no Projeto, da qual se deverão extrair todas as suas lógicas conseqüências”. A partir de tal afirmativa, assinale a alternativa correta:
- o Código Penal Brasileiro adotou a concepção da pena como imperativo categórico, a qual se amolda à teoria da prevenção geral negativa.
 - o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da retribuição.
 - a concepção da pena como medida de prevenção de delitos, acolhida pelo Código Penal (art. 59), amolda-se às chamadas teorias absolutas.
 - o procedimento de aplicação da pena adotado pelo Código Penal (art. 59) tem como fundamento único o princípio da prevenção especial.

- e) o Código Penal adotou como um dos fundamentos da aplicação da pena o princípio da prevenção geral (art. 59), preconizado pelas teorias relativas.
13. Assinale a alternativa correta, no que se refere ao procedimento de aplicação da pena:
- os motivos determinantes do crime, como circunstância judicial, preponderam sobre as causas de aumento ou diminuição de pena.
 - as causas de aumento de pena incidem em fase posterior à consideração das agravantes e atenuantes.
 - na fixação da pena-base, o juiz levará em conta a eventual reincidência do réu.
 - segundo entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, a quantidade das circunstâncias atenuantes pode fazer a pena-base recuar para aquém do mínimo legal.
 - a menoridade relativa constitui causa obrigatória de diminuição de pena, a incidir na terceira etapa da aplicação da pena.
14. Assinale a alternativa incorreta:
- segundo o princípio da especialidade, a norma específica derroga a norma geral, ainda que aquela contenha conseqüências penais mais gravosas.
 - segundo o princípio da consunção, na hipótese de crime progressivo, as normas que definem crimes mais graves absorvem as de menor gravidade.
 - o resultado da ação não pode ser atribuído ao agente na hipótese da existência de causa absolutamente independente, salvo se esta for preexistente.
 - nos crimes comissivos por omissão, o agente, que possui o especial dever de agir, abstem-se dessa atuação.
 - nos crimes de perigo abstrato, o perigo é objeto de presunção *juris et de jure*.
15. Assinale a alternativa correta:
- a pena de detenção não pode ser cumprida em regime inicialmente fechado.
 - o condenado, não reincidente, a pena superior a oito anos de reclusão pode começar a cumpri-la em regime semi-aberto.
 - na hipótese de concurso formal imperfeito, aplica-se ao agente a pena mais grave das cabíveis ou, se iguais, só uma delas, aumentada de 1/6 até 1/2.
 - a prescrição intercorrente tem como baliza a pena aplicada na sentença condenatória, podendo abranger o período entre a sentença e o recebimento da denúncia.
 - é facultado ao juiz substituir a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, imposta ao réu reincidente pela prática do mesmo crime ou de diversa espécie, se constituir medida socialmente recomendável.
16. Assinale a alternativa correta:
- crime putativo por erro de tipo pressupõe a suposição errônea do agente sobre a existência da norma penal.
 - relativamente à tentativa, o Código Penal brasileiro adotou a teoria subjetiva.
 - crimes funcionais impróprios são aqueles que podem revestir-se de parcial atipicidade.
 - crimes subsidiários são aqueles para cuja caracterização se faz imprescindível outra norma definidora de suas elementares.
 - dá-se a ocorrência de crime falho quando o agente, por interferência externa, não consegue praticar todos os atos executórios necessários à consumação.
17. Assinale a alternativa correta:
- a possibilidade de redução da pena, nos termos da Lei n. 9.613/98 ("Lavagem de dinheiro"), condiciona-se à colaboração espontânea do partícipe com os autores, vedado idêntico benefício para o co-autor.
 - a possibilidade de redução da pena, prevista no art. 29, § 1º, do Código Penal, refere-se à participação e à co-autoria.
 - na hipótese de excesso de legítima defesa involuntária, com erro inevitável, o agente responderá pelo resultado a título de culpa.
 - nos delitos do *caput* e § 1º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 (Drogas), a possibilidade de redução da pena (§ 4º) condiciona-se ao fato de o agente, mesmo sem ostentar bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosas.

- e) nos crimes previstos na Lei nº 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária), cometidos em quadrilha ou co-autoria, a possibilidade de redução da pena favorecerá o co-autor ou partícipe que revelar a trama delituosa à autoridade policial ou judicial, por meio de confissão espontânea.
18. Assinale a alternativa correta:
- a) no crime de estelionato, na modalidade fundamental, a obtenção da vantagem, a decorrer da fraude, deve sucedê-la ou, ao menos, ser com ela concomitante.
 - b) no crime de apropriação indébita, constitui causa de aumento de pena (art. 168, § 1º, do Código Penal) o fato de o agente ter recebido a coisa na qualidade de ascendente ou descendente.
 - c) no crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque, o pagamento do título após o recebimento da denúncia impossibilita o prosseguimento da ação penal.
 - d) para a caracterização do crime de apropriação indébita, constitui expressa disposição legal a exigência de prévia prestação de contas, na hipótese de relação contratual entre acusado e vítima.
 - e) o crime de estelionato diferencia-se do crime de furto qualificado pela fraude porque neste a vítima entrega o bem após ser ludibriada pelo agente.
19. Assinale a alternativa correta:
- a) o ato de ter em depósito, no interior da própria residência, no exercício de atividade comercial, coisa que deve saber ser produto de crime de estelionato constitui crime de receptação na modalidade dolosa do art. 180, "caput", do Código Penal.
 - b) o crime de receptação, nas modalidades dolosa ou culposa, pressupõe, por expressa disposição legal, a anterior prática de crime contra o patrimônio.
 - c) no crime de receptação, a modalidade privilegiada (art. 180, § 5º, c.c. art. 155, § 2º, do CP) só pode ser reconhecida quando se tratar da figura culposa do delito.
 - d) o crime de receptação imprópria implica necessariamente que o terceiro que adquire ou recebe a coisa esteja de boa-fé.
 - e) o perdão judicial aplica-se à receptação culposa, mesmo na hipótese de o réu ser reincidente.
20. Assinale a alternativa correta:
- a) para a caracterização do crime de lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP), é dispensável a previsibilidade do agente relativamente à morte da vítima.
 - b) na hipótese de subtração patrimonial mediante grave ameaça, da qual resulta de forma imprevista a morte da vítima, não se pode imputar ao agente a prática do crime de latrocínio (art. 157, § 3º, 2ª parte, do CP).
 - c) no crime de extorsão, a ação extorsionária consiste em constranger a vítima mediante violência ou grave ameaça; no crime de concussão, a ação não necessita guardar relação com a função pública ou a qualidade do agente.
 - d) o elemento subjetivo do delito de extorsão é o dolo, sendo prescindível o fim especial de agir.
 - e) é isento de pena o autor de crime de extorsão em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legal ou ilegal, seja civil ou natural.
21. Assinale a alternativa incorreta:
- a) no crime de homicídio, constitui causa especial de diminuição de pena a circunstância de ser praticado por motivo de relevante valor social, que se refere aos interesses e anseios da vida em sociedade.
 - b) constitui crime de homicídio culposo, por excesso, a hipótese de o agente policial acabar por levar a vítima à morte, após torturá-la para obter informação de que necessita.
 - c) o homicídio culposo na modalidade de imperícia consiste na prática de ação profissional ou técnica, por despreparo ou falta de conhecimentos, de que resulta a morte da vítima.

- d) o crime de maus tratos contra idoso (Estatuto do Idoso), expondo a perigo sua integridade e saúde física ou psíquica, constitui modalidade típica de lei especial com figuras qualificadas pelo resultado.
- e) constitui crime de violação de domicílio a entrada em aposento ocupado de habitação coletiva, pertencente a terceiro, contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito.
22. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:
- I - o crime de falsidade ideológica comporta modalidades comissivas e omissivas;
- II - é possível a modalidade culposa do crime de falsificação de documento público;
- III – constitui crime de falsidade ideológica inserir dados inexatos em certidão de casamento verdadeira obtida junto ao cartório competente, mediante alteração dos dizeres, com o fim de prejudicar direito de terceiro;
- IV – o objeto material do crime de uso de documento falso constitui-se de papéis materialmente ou ideologicamente falsos.
- a) somente a III é verdadeira.
- b) somente a I e III são verdadeiras.
- c) somente a III e IV são verdadeiras.
- d) somente a I e IV são verdadeiras.
- e) somente a II e IV são verdadeiras.
23. Dos enunciados abaixo, referentes à Lei nº 11.343/06 (Drogas), aponte o único verdadeiro:
- a) no regime da Lei nº 11343/06, é possível a concessão de *sursis* aos réus condenados pela prática do delito do art. 33, “caput” (tráfico de drogas).
- b) no regime da Lei nº 11.343/06, na fixação das penas, o juiz levará em conta, com preponderância sobre as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, a quantidade da droga e sua natureza, bem assim a personalidade e a conduta do agente.
- c) constitui causa de aumento de pena, relativamente ao delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06), o fato de a infração ser cometida nas imediações de condomínios residenciais.
- d) o crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11343/06) tem como descrição típica, à semelhança do crime do art. 288 do Código Penal (quadrilha ou bando), associarem-se mais de três pessoas para o fim de praticar qualquer dos crimes dos artigos 33, *caput*, e § 1º e 34 da Lei nº 11.343/06.
- e) semear ou cultivar, para consumo pessoal e ainda que em pequena quantidade, plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de droga capaz de causar dependência física ou psíquica caracteriza modalidade do delito de tráfico de droga.
24. Assinale a alternativa correta:
- a) constitui causa de aumento de pena, nos crimes de disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo, sua prática por parte de integrantes das empresas de segurança privada e de transporte de valores.
- b) o crime de omissão de cautela (art. 13 da Lei nº 10.826/03 – Lei do Desarmamento) sujeita o autor às penas de um a dois anos de detenção, na hipótese de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que qualquer cidadão se apodere de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua posse ou que sejam de sua propriedade.
- c) o crime de posse irregular de arma de fogo (art. 12 da Lei nº 10.826/03) não distingue, no seu apenamento, se a arma, acessório ou munição são de uso permitido ou restrito.
- d) com o advento da Lei nº 10.826/03, a contravenção de porte ilegal de arma, prevista no art. 19 da Lei das Contravenções Penais, passou a ter como objeto apenas munições em geral e armas brancas.
- e) acionar munição em lugar habitado ou em via pública, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime, constitui a contravenção penal descrita no art. 28 da Lei das Contravenções Penais.
25. Assinale a alternativa correta:

- a) constitui crime de poluição, descrito no art. 54 da Lei nº 9.605/98 (Crimes ambientais), o ato de causar poluição de qualquer natureza, que resulte em danos à saúde humana, na mortandade de animais ou na destruição, ainda que não significativa, da flora.
 - b) os crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, não admitem a modalidade culposa.
 - c) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a colaboração do réu com os agentes de vigilância e controle ambiental constitui circunstância atenuante.
 - d) nos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas partícipes do mesmo fato, mas não as que atuam como autoras ou co-autoras.
 - e) constitui crime, previsto na Lei nº 9.605/98, a realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, para fins didáticos ou científicos, ainda que, para tanto, não existam recursos alternativos.
26. Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:
- I – o ato de simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio da montagem de vídeo constitui crime definido na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em que só se procede mediante representação;
 - II – o fato de privar adolescente de sua liberdade sem obedecer às formalidades legais (flagrante de ato infracional ou ordem escrita de autoridade judiciária) constitui crime previsto na Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade), que prevalece sobre norma correspondente da Lei nº 8.069/90 (ECA);
 - III – o fato de deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de adolescente ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão constitui crime previsto Lei nº 8.069/90 (ECA), que prevalece sobre a Lei nº 4.898/65 (Abuso de autoridade);
 - IV – nos crimes da Lei nº 4.898/65, a aplicação da sanção penal obedecerá às regras do Código Penal, podendo as penas ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- a) somente a III é verdadeira.
 - b) somente a I e a IV são verdadeiras.
 - c) somente a II e a III são verdadeiras.
 - d) somente a IV é verdadeira.
 - e) somente a III e a IV são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

27. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao inquérito policial:
- a) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente pode instaurar o inquérito policial a requerimento do ofendido.
 - b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
 - c) a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito policial.
 - d) a autoridade policial pode indeferir o pedido de instauração de inquérito policial feito pelo ofendido.
 - e) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, consolidado em Súmula Vinculante, o defensor do investigado pode ter acesso aos elementos de convencimento já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão da polícia judiciária, desde que digam respeito ao exercício da defesa e no interesse do seu representado.
28. Assinale a alternativa correta. A ação controlada:
- a) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, consistente em realizar interceptações telefônicas pela autoridade policial para identificar os suspeitos da autoria dessas infrações penais.
 - b) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste em uma ordem judicial

- permitindo o acesso aos dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais dos suspeitos de tais condutas.
- c) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre infrações penais de *Lavagem* de Dinheiro ou de Capitais e consiste na decretação judicial da apreensão ou sequestro bens, direitos ou valores do suspeito da autoria desses delitos.
 - d) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo e consiste em retardar a intervenção policial do que se supõe fato praticado por organizações criminosas, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
 - e) é uma medida prevista nos procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por organizações ou associações criminosas de qualquer tipo, que depende de ordem judicial e visa a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise.
29. No processo comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente (art. 397, Código de Processo Penal) quando:
- a) a denúncia for inepta.
 - b) o autor da infração penal agiu manifestamente em legítima defesa.
 - c) não existirem suficientes indícios de autoria ou prova da materialidade do fato.
 - d) o Ministério Público for parte ilegítima para o exercício da ação penal.
 - e) houver dúvida sobre a sua inimizabilidade.
30. São princípios que regem a ação penal privada:
- a) disponibilidade e indivisibilidade.
 - b) obrigatoriedade e intranscendência.
 - c) indivisibilidade e obrigatoriedade.
 - d) oportunidade e indisponibilidade.
 - e) intranscendência e indisponibilidade.
31. Assinale a afirmativa incorreta, em relação à prisão preventiva:
- a) a prisão preventiva não é admitida nas contravenções penais e nos delitos culposos.
 - b) a prisão preventiva pode ser decretada, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
 - c) a apresentação espontânea do acusado à autoridade policial não impede a decretação da prisão preventiva.
 - d) admite-se a prisão preventiva nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que a infração penal seja dolosa e para garantir a execução das medidas urgentes para a proteção da mulher.
 - e) admite-se nos crimes dolosos, punidos com reclusão, desde que a pena mínima cominada seja igual ou superior a dois anos.
32. Assinale a alternativa incorreta. A liberdade provisória sem exigência de fiança, mediante termo do beneficiário de comparecer a todos os atos do processo onde sua presença for exigida, pode ser concedida:
- a) quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado pela legítima defesa.
 - b) na hipótese de o juiz verificar que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva.
 - c) quando o agente, por motivo de pobreza, embora afiançável a infração penal, não puder prestá-la.
 - d) pela autoridade policial nos casos de infração penal punida com detenção ou prisão simples.
 - e) se o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato motivado por uma causa excludente da ilicitude.

33. Ocorre a derrogação da competência territorial:
- nos casos de conexão.
 - nos casos de continência.
 - na hipótese de prevenção.
 - quando o crime é praticado fora do território nacional, em embarcações e aeronaves.
 - na hipótese de desaforamento.
34. Assinale a alternativa correta, em relação à interceptação de comunicações telefônicas:
- não será admitida se a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
 - pode ser deferida para a investigação de infrações penais punidas no máximo com detenção.
 - deve ser concluída no prazo de dez dias, prorrogável por igual período.
 - somente é admitida no curso de uma investigação criminal.
 - o resultado da interceptação, acompanhado de auto circunstanciado, deve ser apensado nos autos do processo criminal, por decisão judicial, após o trânsito em julgado da sentença definitiva.
35. A regra da objetividade do depoimento (art. 213 do CPP) pressupõe que a testemunha:
- Não possa depor sobre o fato de que teve conhecimento por "*ouvir dizer*".
 - deponha apenas sobre o fato principal, vedado o testemunho de circunstâncias secundárias.
 - não manifeste opiniões pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
 - relate apenas os fatos passados, sem considerações futuras;
 - não possa se eximir da obrigação de depor.
36. Assinale a afirmativa correta. A transação penal pode ser proposta:
- ao autor de infração penal de menor potencial ofensivo que foi beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, pela transação penal;
 - ao autor da infração penal, pelo juiz de direito, de ofício, segundo entendimento consolidado em Súmula do Supremo Tribunal Federal, quando o membro do Ministério Público recusa injustificadamente a sua aplicação.
 - nas contravenções penais e nos crimes que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
 - nos crimes de competência da Justiça Militar.
 - ao autor de infração penal condenado, pela prática de crime, à pena de multa, por sentença definitiva.
37. No procedimento do júri, presentes indícios da autoria e prova da materialidade, se ao término da instrução do sumário de culpa ficar provado tecnicamente que o acusado é semi-imputável, o juiz deverá:
- pronunciá-lo.
 - absolvê-lo sumariamente.
 - impronunciá-lo.
 - remeter os autos para o juízo comum para a prolação da sentença.
 - declarar nulo o processo e remeter os autos para o juízo comum.
38. Encerrada a instrução criminal de um processo em que o acusado foi denunciado pelo crime de furto (art. 155, caput, do Código Penal), o juiz entende que estão presentes provas de que, na verdade, o delito praticado por aquele foi de receptação qualificada (art. 180, §1º, do Código Penal), fato não descrito na denúncia. Em consequência, o juiz deverá:
- proferir sentença condenatória pelo crime de receptação.

- b) baixar os autos do processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 (oito) dias, se manifeste e requeira prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.
 - c) dar ciência ao Ministério Público e designar novo interrogatório do acusado e audiência de debates e julgamento.
 - d) remeter os autos ao Ministério Público para proceder ao aditamento da denúncia, no prazo legal, e ouvir o defensor do acusado sobre a nova imputação.
 - e) dar ciência ao Ministério Público e à defesa da nova classificação jurídica da infração penal, proferindo, após, a sentença definitiva.
39. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao recurso de apelação no processo penal:
- a) o assistente da acusação pode interpor apelação, mesmo se o Ministério Público não recorreu.
 - b) o Promotor de Justiça pode desistir parcialmente do seu inconformismo nas razões recursais, mudando o seu entendimento firmado no ato de interposição do recurso.
 - c) no caso de concurso de agentes, a decisão favorável ao réu apelante pode aproveitar o corrêu, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.
 - d) a interposição da apelação admite os efeitos devolutivo, suspensivo, e extensivo.
 - e) no procedimento sumaríssimo, cabe o recurso de apelação da decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa.
40. Em relação ao *habeas corpus*, é correto afirmar que:
- a) sempre é possível a interposição de *habeas corpus* quando se tratar de punição disciplinar militar.
 - b) o *habeas corpus* liberatório é aquele interposto quando há uma ameaça de violência ou coação à liberdade de locomoção, por abuso de poder ou ilegalidade.
 - c) o promotor de justiça não pode figurar como autoridade coatora no pedido de *habeas corpus*;
 - d) não é cabível o *habeas corpus* quando a coação emanar de ato de particular.
 - e) o impetrante do *habeas corpus* não precisa ser representado por advogado.
41. É considerada nulidade relativa, que pode ser sanada:
- a) a falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.
 - b) a ilegitimidade de parte.
 - c) a falta de nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver.
 - d) a violação à incomunicabilidade dos jurados.
 - e) a suspeição do juiz.
42. Assinale a afirmativa incorreta, em relação ao regime disciplinar diferenciado:
- a) aplica-se ao preso provisório ou condenado que pratica crime doloso e provoca subversão da ordem ou disciplina interna.
 - b) aplica-se ao preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
 - c) somente o preso provisório ou condenado por crime hediondo ou assemelhado pode ser submetido ao regime disciplinar ou diferenciado.
 - d) tem como característica o recolhimento em cela individual.
 - e) pode ser aplicado a estrangeiros que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

DIREITO CIVIL

43. Assinale a alternativa correta:

- a) na usucapião urbana individual, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), não é possível levar-se a efeito aquisição de terreno inferior ao mínimo módulo urbano.
 - b) a usucapião rural consagrada no artigo 1.239 do Código Civil, que exige a chamada posse trabalho/moradia, não reclama *animus domini* da parte usucapiente.
 - c) a usucapião coletiva pode ter como objeto áreas particulares e públicas.
 - d) os bens dominicais, à luz do novo Código Civil Brasileiro, podem ser usucapidos.
 - e) na usucapião coletiva, prevista na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), como regra geral, a cada possuidor será atribuída, por decisão judicial, igual fração ideal de terreno.
44. Assinale a alternativa correta:
- a) o casamento daquele que não alcançou 16 (dezesesseis) anos será permitido nos casos de gravidez.
 - b) a autorização tácita dos representantes legais do incapaz, para fins de casamento, não possui relevância jurídica.
 - c) a idade núbil é 15 anos.
 - d) é pressuposto legal para o deferimento do pedido de suprimento judicial de idade para casamento a demonstração da maturidade do nubente que não atingiu a idade núbil.
 - e) a anulação do casamento daquele que não atingiu a idade núbil pode ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais e por seus ascendentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da cessação da incapacidade, no primeiro caso, e do casamento, nas demais hipóteses.
45. JOSÉ e MARIA doaram a sua única filha, LÚCIA, todos os imóveis de sua propriedade, reservando para o casal o usufruto dos bens. À época da doação, CARLOS, fruto de outro relacionamento de JOSÉ, já havia sido concebido. CARLOS, quando contava com cinco anos, representado por sua mãe, promoveu ação visando anular a doação efetivada por JOSÉ e MARIA a sua irmã LÚCIA.
- Assinale a alternativa correta:
- a) deve ser considerada inoficiosa a doação de $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens imóveis.
 - b) a doação não é nula, pois JOSÉ e MARIA ao instituírem o usufruto sobre os imóveis doados cumpriram a determinação legal de preservar renda suficiente para a subsistência do casal.
 - c) a doação é juridicamente inexistente.
 - d) a doação não é nula, pois os doadores podiam dispor do patrimônio, com reserva do usufruto para si, considerando que a doação ocorreu antes do nascimento de CARLOS.
 - e) é nula a doação da totalidade dos imóveis de propriedade de JOSE e MARIA a filha LÚCIA, pois os direitos do nascituro devem ser preservados.
46. Assinale a alternativa correta:
- a) os pressupostos para que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica são: existência da pessoa jurídica, podendo se tratar de sociedade de fato; exaurimento do seu patrimônio social; abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
 - b) a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, diante da autonomia patrimonial de que goza a pessoa jurídica.
 - c) a desconsideração da personalidade jurídica não se aplica no Direito de Família.
 - d) o Ministério Público intervindo no processo como “custos legis” não possui legitimidade para requerer ao juiz que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
 - e) o Ministério Público intervindo no processo como “custos legis” não possui legitimidade para postular a desconsideração da personalidade jurídica, salvo existindo interesse de incapaz.
47. Assinale a alternativa correta:
- a) o princípio da autonomia privada, segundo o qual o sujeito de direito pode contratar com liberdade, está limitado à ordem pública e à função social do contrato.

- b) a exigência da boa-fé se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.
 - c) segundo o entendimento sumular, a cláusula contratual limitativa de dias de internação hospitalar é perfeitamente admissível quando comprovado que o contratante do seguro saúde estava ciente do seu teor.
 - d) a função social justifica o descumprimento do contrato, com fundamento exclusivo na debilidade financeira.
 - e) os contratos atípicos não exigem a observância rigorosa das normas gerais fixadas no Código Civil, pois que nestes casos os contratantes possuem maior liberdade para contratar.
48. Assinale a alternativa correta:
- a) a abertura da sucessão ocorre com a distribuição do inventário dos bens deixados pelo “de cujus”.
 - b) realizada a partilha dos bens do falecido e havendo ainda dívidas, os herdeiros por elas respondem integralmente.
 - c) JOSÉ veio a falecer em decorrência de acidente de trânsito, sendo que seu irmão JOÃO, também vítima do mesmo acidente, sobreviveu por alguns dias, vindo a falecer. JOSÉ não possuía ascendentes, descendentes, cônjuge ou companheira, mas tão somente outros três irmãos. Aberta a sucessão e realizada a partilha, coube $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos bens por ele deixados a cada um dos irmãos.
 - d) aquele que pretender estabelecer disposições especiais sobre o seu enterro deverá fazê-lo, necessariamente, por meio de testamento público, cerrado ou particular.
 - e) o direito de representação, segundo estabelece o Código Civil, dá-se na linha ascendente e descendente, assim como na linha transversal, mas neste caso somente em favor dos filhos de irmãos do falecido.
49. Assinale a alternativa incorreta:
- a) a interpretação extensiva é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito quando não existir norma jurídica que regule a matéria.
 - b) o princípio geral de direito introduzido no direito positivo caracteriza-se como cláusula geral.
 - c) a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito são elementos de integração do direito.
 - d) a *analogia legis* é a analogia propriamente dita e a *analogia juris* é a que dá solução igual a duas hipóteses em virtude da mesma razão de direito.
 - e) a equidade é recurso passível de ser utilizado pelo aplicador do direito nos casos de lacuna da lei.
50. Assinale a alternativa correta:
- a) na linha colateral, o parentesco encerra-se no sexto grau, sendo, pois, para fins jurídicos, finito.
 - b) o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro, não se extinguindo com a dissolução do casamento ou da união estável.
 - c) o parentesco pode ser natural ou civil. O primeiro decorre dos laços biológicos, da consanguinidade. O segundo, de outra origem, sendo exemplo desta espécie de parentesco a inseminação artificial heteróloga.
 - d) o ato de reconhecimento de filho é nulo quando feito sob condição ou termo.
 - e) o castigo imoderado do filho pelo pai é causa de extinção do poder familiar.
51. Assinale a alternativa correta:
- a) as agências reguladoras, como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), consideradas autarquias sob regime especial, são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - b) quando o Código Civil estabelece que o Ministério Público velará pelas fundações, acaba por lhe autorizar uma ação efetiva de fiscalização tanto na esfera administrativa como

- judicial. Não obstante tal disposição legal, não está o membro do “Parquet” legitimado a ingressar com o procedimento tendente a extinguir a fundação.
- c) o Código Civil considera como pessoas jurídicas de direito privado somente as associações, as sociedades e as fundações.
 - d) a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno pressupõe a ação ou omissão, culposa ou dolosa, dos seus agentes, o dano causado a terceiros e a relação de causalidade.
 - e) as organizações religiosas, os partidos políticos e as associações beneficentes, constituídas segundo leis anteriores, não ficaram sujeitas a se adaptarem à disposições do Código Civil de 2002.
52. Assinale a alternativa incorreta:
- a) o pagamento espontâneo de dívida prescrita não pode ser repetido.
 - b) tratando-se de obrigação não suscetível de fracionamento, suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aos demais será estendida.
 - c) a prescrição e a decadência legal podem ser conhecidas de ofício pelo juiz. A prescrição pode ser renunciada. A decadência fixada em lei não pode ser objeto de renúncia.
 - d) o direito a alimentos, como é sabido, é imprescritível. Há previsão na lei civil, porém, estabelecendo que a pretensão para haver prestações alimentares estabelecidas judicialmente prescreve, a partir do vencimento, em cinco anos.
 - e) a responsabilidade dos assistentes dos relativamente incapazes e dos representantes legais das pessoas jurídicas, que derem causa à prescrição ou não a alegarem oportunamente, não é objetiva.
53. Assinale a alternativa incorreta:
- a) o Código Civil adota como regra a responsabilidade civil subjetiva.
 - b) o chamado “dano remoto” não é indenizável.
 - c) a responsabilidade civil do incapaz é subsidiária e a indenização correspondente é equitativa.
 - d) a responsabilidade civil do curador, tutor e pais em razão de atos praticados, respectivamente, pelos curatelados, pupilos e filhos menores, restringe-se aos danos materiais por estes causados a terceiros.
 - e) a indenização por dano moral prescinde da comprovação do dano material.
54. Assinale a alternativa correta:
- a) são exemplos de possuidor direto: o usufrutuário, o locador, o credor pignoratício.
 - b) o compossuidor só pode exercer atos possessórios sobre a sua parte ideal no bem.
 - c) o sucessor universal e o sucessor singular continuam de direito a posse do seu antecessor.
 - d) a posse turbada ou esbulhada pode ser autotutelada, sendo requisitos indispensáveis de tal espécie de defesa a imediatidade e a proporcionalidade.
 - e) o possuidor direto não pode defender sua posse contra o possuidor indireto.
55. Assinale a alternativa correta:
- a) os nascimentos, casamentos, divórcios e óbitos são averbados no Registro Civil de Pessoas Naturais.
 - b) o enteado ou a enteada poderá adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que assim requeira ao Oficial do Registro Civil. A averbação somente será autorizada caso haja concordância expressa do padrasto ou da madrasta.
 - c) a averbação é modalidade de ato registrário e tem caráter acessório.
 - d) os pais podem sempre escolher o prenome dos filhos.
 - e) no caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, será feito um assento com os elementos que couberem e com remissão ao óbito.
56. Assinale a afirmativa correta:
- a) a fiscalização de entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso compete exclusivamente ao Ministério Público.

- b) a internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental pode ser voluntária ou involuntária, sendo vedada a internação compulsória.
 - c) segundo o Estatuto do Idoso, as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título extrajudicial, nos termos da lei processual civil.
 - d) a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, estabelecida no Estatuto do Idoso, é assegurada apenas quando o Idoso figurar como autor.
 - e) a internação psiquiátrica involuntária da pessoa portadora de transtorno mental somente poderá ser autorizada em procedimento judicial, instruído com laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos, devendo o Ministério Público intervir no feito como “custos legis”.
57. Assinale a alternativa incorreta:
- a) falecendo o usufrutuário, o direito de usufruto transmite-se aos seus herdeiros.
 - b) não existe usufruto sucessivo.
 - c) no usufruto o direito de crescer depende de estipulação expressa.
 - d) é possível o usufruto simultâneo.
 - e) o nu-proprietário, observados os direitos do usufrutuário, pode dispor do bem que se encontra gravado com o usufruto.
58. Assinale a alternativa incorreta:
- a) não é possível executar provisoriamente sentença estrangeira.
 - b) a execução da sentença estrangeira pressupõe homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - c) as sentenças estrangeiras meramente declaratórias do estado de pessoas dependem de homologação.
 - d) o *exequatur* da carta rogatória somente será concedido se não contrariar a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes.
 - e) será permitido o novo casamento no Brasil, desde que os nubentes façam juntar na habilitação matrimonial a sentença do divórcio proferida no estrangeiro há mais de um ano, devidamente traduzida, em língua portuguesa, por intérprete autorizado ou juramentado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

59. Sobre recursos é correto afirmar-se:
- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, entretanto, fica condicionado à anuência do recorrido.
 - b) O recurso interposto por um dos litisconsortes não tem condão de aproveitar aos demais.
 - c) A insuficiência no valor do preparo não importa em deserção, ainda que o recorrente seja intimado para supri-lo.
 - d) Os Estados, o Ministério Público, a União, os Municípios, assim como as respectivas autarquias, não estão dispensados de preparar seus recursos.
 - e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida, mas somente no que tiver sido objeto do recurso.
60. É correto afirmar em sede de embargos declaratórios:
- a) Que a decisão proferida em decorrência de sua interposição não se integra à decisão omissa, porquanto a natureza jurídica desse recurso é tão somente a de esclarecer a decisão embargada.
 - b) Que a sua interposição não interrompe o prazo de apelação.
 - c) Podem, casualmente, deter caráter infringente, de molde a permitir a impressão de efeitos modificativos no bojo da decisão omissa, contraditória ou materialmente incorreta.

- d) Se manejados com o intuito de suscitar prequestionamento, na eventualidade de o órgão julgador insistir na omissão, é cabível a imposição da multa de que trata o parágrafo único do artigo 538, do Código de Processo Civil.
- e) O Ministério Público não detém a prerrogativa discriminada no artigo 188 do Código de Processo Civil (prazo em dobro), quando agitar embargos declaratórios com a finalidade de aviar recursos especial e/ou extraordinário, eis que a dilação do prazo recursal reside apenas nas instâncias ordinárias.
61. Marque a alternativa correta:
- a) O possuidor tem direito à retenção por benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
- b) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no de turbação.
- c) Na pendência do processo possessório, é permitido, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio.
- d) Para efeitos de concessão de liminar, o Código de Processo Civil não faz distinção entre posse nova e posse velha.
- e) Cabe liminar na ação possessória intentada no prazo de seis meses da violação.
62. Os embargos do devedor, na ação de execução por título extrajudicial contra devedor solvente:
- a) Podem ser opostos independentemente de segurança do juízo.
- b) Podem ser opostos somente após seguro o juízo.
- c) Em regra, terão efeito suspensivo.
- d) Nunca terão efeito suspensivo.
- e) Nenhuma das anteriores.
63. A sentença no procedimento de jurisdição voluntária poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos:
- a) De ofício pelo Juiz, a qualquer tempo, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
- b) A requerimento do interessado, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
- c) A requerimento do interessado, por haver esquecido de juntar prova documental relevante.
- d) A requerimento do Ministério Público, na condição de fiscal de lei.
- e) A requerimento das partes, no prazo recursal, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.
64. Assinale a alternativa correta:
- a) O juiz deve indeferir o pedido de produção de prova testemunhal quando já houver prova documental apta a provar a veracidade da alegação de fato feita pela parte.
- b) Não é lícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos em geral, os vícios de consentimento.
- c) As declarações constantes em documento particular geram presunção absoluta de veracidade em relação aos signatários.
- d) Dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal absoluta de existência ou de veracidade.
- e) Nenhuma delas é verdadeira.
65. Na chamada "Ação de desapropriação indireta", o desapossado:
- a) Não pode invocar defesa possessória como reintegração de posse, apenas podendo reclamar indenização.
- b) Pode reclamar indenização pela ocupação ilícita decorrente do esbulho feito por autoridade pública.
- c) Pode invocar defesa possessória, vedado reclamar indenização.
- d) Não pode optar entre utilizar a via possessória ou a indenizatória.
- e) Deve aguardar ajuizamento de ação expropriatória pelo poder público, para nela se defender.

66. Na interpretação da lei processual:
- Aplica-se sempre a máxima *in claris cessat interpretatio* (na clareza, cessa a interpretação);
 - A sua finalidade é estabelecida de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil.
 - Há incompatibilidade entre a interpretação teleológica e a natureza pública que lhe é inerente.
 - É defeso reduzir-se a dimensão do comando normativo.
 - Promover-se-á a integração da norma processual.
67. As normas processuais são de Direito Público pelo fato de regerem relação com o Estado. Por isso:
- Elas são todas cogentes.
 - Elas são todas dispositivas.
 - Elas podem ser tanto cogentes como dispositivas.
 - São supletivas e integrativas.
 - Nenhuma das anteriores.
68. Os alimentos estipulados em escritura pública (Lei n 11.444/07) de separação ou divórcio:
- Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos se o beneficiário for menor.
 - Não autorizam a prisão civil do devedor dos alimentos, procedimento vedado pela Constituição Federal.
 - Autorizam a prisão civil do devedor de alimentos, em razão da natureza do crédito.
 - Nenhuma resposta correta.
69. Na ação de responsabilidade civil por dano ecológico em que o causador negue responsabilidade:
- É necessário que o autor demonstre a ocorrência de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É Irrelevante a demonstração de caso fortuito ou força maior para justificar a indenização.
 - É necessário aferir a ocorrência de culpa ou dolo por parte do responsável pelo dano.
 - Se a autoridade competente autorizar o ato e os cuidados forem tomados para evitá-lo, a indenização do dano será afastada.
 - A existência de seguro ambiental afasta a responsabilidade pessoal do causador do dano.
70. Assinale a alternativa correta. João teve negada ação de usucapião por não demonstrado o *tempus* necessário para a aquisição dominial:
- O caso é de carência de ação, não podendo reiterar o pedido.
 - O caso é de improcedência da ação, o que opera coisa julgada impedindo reproposição da ação.
 - O caso é de improcedência da ação, que poderá ser reproposta se completado ulteriormente o decurso do tempo.
 - O caso é de improcedência da ação, podendo ser ajuizada ação rescisória caso, no período de dois anos, se complete o período de tempo aquisitivo.
 - O caso é de carência da ação, cabendo ação rescisória, caso se complete o período de tempo aquisitivo.
71. Assinale a alternativa correta. José pretende a decretação de nulidade da decisão de primeiro grau que homologou a adjudicação:
- Caberá ação anulatória ou de rescisão perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação rescisória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação anulatória perante o Tribunal de Justiça.
 - Caberá ação rescisória perante o Juízo de primeiro grau que homologou a adjudicação.
 - Caberá ação anulatória perante o Juízo do local do imóvel adjudicado (*forum rei sitae*) se este for situado em comarca diversa daquela do Juízo homologador.

72. A apelação contra sentença que decreta a improcedência de ação declaratória de título e improcedência dos embargos à execução tem os seguintes efeitos, quanto aos recursos:
- Suspensivo e devolutivo para ambos os recursos.
 - Efeito apenas devolutivo quanto à declaratória e devolutivo/suspensivo quanto aos embargos.
 - Apenas efeito devolutivo quanto aos dois recursos.
 - Efeito devolutivo/suspensivo quanto à declaratória e apenas devolutivo quanto aos embargos.
 - Apenas efeito suspensivo quanto aos dois recursos.
73. Assinale a alternativa correta:
- No processo relacionado com interesse de incapaz, o Ministério Público, como fiscal da lei, manifesta-se, nos debates finais, antes das partes.
 - O Ministério Público sempre intervém nas ações de desapropriação.
 - Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o Ministério Público não tem a prerrogativa do prazo processual em dobro.
 - O prazo para o Ministério Público indicar testemunhas, nas ações em que intervém como fiscal da lei, é peremptório.
 - O Ministério Público, agindo como fiscal da lei, não está vinculado ao interesse da parte que justificou a sua intervenção.
74. Assinale a alternativa incorreta:
- A petição inicial deve indicar o juiz ou tribunal a que é dirigida.
 - A petição inicial deve indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
 - Nas ações declaratórias, deve constar na petição inicial o respectivo pedido de condenação.
 - Na petição inicial, é indispensável o requerimento de citação do réu.
 - A petição inicial poderá conter pedidos alternativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

75. Assinale a alternativa correta:
- é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato, nos termos da lei.
 - é assegurado o direito de resposta, além da indenização exclusiva por dano material.
 - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - a proteção constitucional da liberdade de manifestação do pensamento abrange o direito de expressar-se, oralmente ou por escrito, não englobando o de ouvir, assistir e ler.
 - todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo improrrogável de (30) trinta dias, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
76. Assinale a alternativa correta:
- a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
 - a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, desde que mediante proposta do Presidente da República.
 - a Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, ainda que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.

77. Assinale a alternativa correta:
- é possível a cassação dos direitos políticos, sua perda ou suspensão, que se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa nos termos do art. 37, § 4º (CF).
 - não é possível a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII (CF); improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º (CF).
 - a cassação dos direitos políticos só é possível nos casos de improbidade administrativa.
 - a perda ou a suspensão dos direitos políticos não é possível nem mesmo nos casos de improbidade administrativa e de incapacidade civil absoluta.
 - não é possível a cassação dos direitos políticos e nem a sua perda ou suspensão.
78. Assinale a alternativa que inclui em seu rol competência legislativa não privativa da União:
- desapropriação; águas, energia, informática; serviço postal; sistema monetário; trânsito e transporte; organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
 - sistemas de consórcios e sorteios; seguridade social, diretrizes e bases da educação nacional; atividades nucleares de qualquer natureza.
 - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas, fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; propaganda comercial.
 - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional; registros públicos; direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
 - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; telecomunicações e radiodifusão; diretrizes da política nacional de transportes, jazidas minas, outros recursos minerais e metalurgia.
79. Assinale a alternativa que elenca todos os legitimados ativos para a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
- o Presidente da República, a Mesa do Senado, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República.
 - o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; os partidos políticos; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com

representação no Congresso Nacional; a Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

80. Dentre os atos normativos abaixo indicados, qual não está compreendido no processo legislativo brasileiro:
- emendas à Constituição.
 - leis ordinárias.
 - decretos legislativos.
 - resoluções.
 - portarias.
81. Em vista do regime jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:
- o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, excetuados os promotores de justiça substitutos não vitalícios, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
 - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos, o primeiro dentre todos seus integrantes, e o segundo, dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre os Procuradores de Justiça, respectivamente, por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
 - O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo são eleitos dentre todos os seus integrantes, respectivamente por todos os membros do quadro ativo da carreira, e pelo Conselho Superior do Ministério Público.
82. Não se inclui na competência tributária dos Estados e do Distrito Federal a instituição de impostos sobre:
- operações relativas à circulação de mercadorias.
 - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - a propriedade de veículos automotores.
 - transmissão "*causa mortis*" e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - produtos industrializados.
83. O Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal, é obrigatório:
- para cidades com mais de trinta (30) mil habitantes.
 - para cidades com mais de quinze (15) mil habitantes.
 - para cidades com mais de vinte (20) mil habitantes.
 - para cidades com mais de vinte e cinco (25) mil habitantes.
 - para todas as cidades, independente de sua população.
84. É incorreto afirmar ser função institucional do Ministério Público:
- promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
 - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo medidas necessárias a sua garantia.
 - promover o inquérito civil e, privativamente, a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
 - exercer o controle externo da atividade policial, na forma de suas leis orgânicas.

85. Assinale a alternativa em que a intervenção do Estado no Município dispensa apreciação pela Assembléia Legislativa:
- quando a dívida fundada deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.
 - na hipótese de não serem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
 - no caso de o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - em todas hipóteses acima mencionadas.
86. O financiamento do sistema único de saúde é feito com recursos dos orçamentos:
- da Seguridade Social e da União.
 - dos Estados, do Distrito Federal e da União.
 - dos Estados, dos Municípios, e da União.
 - dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
87. Assinale a alternativa incorreta:
- para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - para efeito da proteção do Estado à Família, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, e entre as pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
 - fundados no princípio da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
 - é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.
 - a Floresta Amazônica brasileira, A Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
88. Quanto ao grau de sua alterabilidade ou mutabilidade, as Constituições Federais se classificam em:
- flexíveis, rígidas, semi-rígidas ou semiflexíveis, e super-rígidas.
 - promulgadas, outorgadas, cesaristas e pactuadas.
 - analíticas e sintéticas.
 - escritas e costumeiras.
 - rígidas e super-rígidas.
89. O controle de constitucionalidade abstrato de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal:
- é feito perante o Supremo Tribunal Federal.
 - não é admitido.
 - é feito perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - é feito perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - é feito perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

90. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos (3/5) dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:
- a) às emendas constitucionais.
 - b) às leis complementares.
 - c) às leis ordinárias.
 - d) às leis delegadas.
 - e) aos decretos legislativos.

GABARITOS

VERSÃO 1

87º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2010

- 01 – C
- 02 – E
- 03 – B
- 04 – C
- 05 – A
- 06 – C
- 07 – E
- 08 – A
- 09 – D
- 10 – B
- 11 – B
- 12 – D
- 13 – B
- 14 – A
- 15 – C
- 16 – E
- 17 – B
- 18 – D
- 19 – B
- 20 – A
- 21 – E
- 22 – D
- 23 – E
- 24 – A
- 25 – C
- 26 – E
- 27 – A
- 28 – D
- 29 – B
- 30 – E
- 31 – A
- 32 – C

- 33 – E
- 34 – A
- 35 – A
- 36 – B
- 37 – A
- 38 – C
- 39 – A
- 40 – C
- 41 – A
- 42 – D
- 43 – D
- 44 – D
- 45 – C
- 46 – C
- 47 – A
- 48 – E
- 49 – E
- 50 – C
- 51 – E
- 52 – A
- 53 – B
- 54 – A
- 55 – B
- 56 – E
- 57 – C
- 58 – D
- 59 – B
- 60 – C
- 61 – A
- 62 – D
- 63 – E
- 64 – C
- 65 – C
- 66 – E
- 67 – B
- 68 – D
- 69 – B
- 70 – E
- 71 – D
- 72 – E
- 73 – C
- 74 – C
- 75 – D
- 76 – E
- 77 – B
- 78 – A
- 79 – B
- 80 – A
- 81 – B

- 82 – E
- 83 – B
- 84 – C
- 85 – D
- 86 – A
- 87 – D
- 88 – C
- 89 – A
- 90 – E

VERSÃO 2

87º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2010

- 01 – E
- 02 – A
- 03 – A
- 04 – B
- 05 – A
- 06 – C
- 07 – A
- 08 – C
- 09 – A
- 10 – D
- 11 – D
- 12 – D
- 13 – C
- 14 – C
- 15 – A
- 16 – E
- 17 – E
- 18 – C
- 19 – E
- 20 – A
- 21 – B
- 22 – A
- 23 – B
- 24 – E
- 25 – C
- 26 – D
- 27 – B
- 28 – C
- 29 – A
- 30 – D
- 31 – E

- 32 – C
- 33 – C
- 34 – E
- 35 – B
- 36 – D
- 37 – B
- 38 – E
- 39 – D
- 40 – E
- 41 – C
- 42 – C
- 43 – D
- 44 – E
- 45 – B
- 46 – A
- 47 – B
- 48 – A
- 49 – B
- 50 – E
- 51 – B
- 52 – C
- 53 – D
- 54 – A
- 55 – D
- 56 – C
- 57 – A
- 58 – E
- 59 – C
- 60 – E
- 61 – B
- 62 – C
- 63 – A
- 64 – C
- 65 – E
- 66 – A
- 67 – D
- 68 – B
- 69 – B
- 70 – D
- 71 – B
- 72 – A
- 73 – C
- 74 – E
- 75 – B
- 76 – D
- 77 – B
- 78 – A
- 79 – E
- 80 – D

- 81 – E
- 82 – A
- 83 – C
- 84 – E
- 85 – A
- 86 – D
- 87 – B
- 88 – E
- 89 – A
- 90 – C

VERSÃO 3

87º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2010

- 01 – C
- 02 – E
- 03 – B
- 04 – D
- 05 – B
- 06 – E
- 07 – D
- 08 – E
- 09 – C
- 10 – C
- 11 – D
- 12 – E
- 13 – B
- 14 – A
- 15 – B
- 16 – A
- 17 – B
- 18 – E
- 19 – B
- 20 – C
- 21 – D
- 22 – A
- 23 – D
- 24 – C
- 25 – A
- 26 – E
- 27 – C
- 28 – E
- 29 – B
- 30 – C

- 31 – A
- 32 – C
- 33 – E
- 34 – A
- 35 – D
- 36 – B
- 37 – B
- 38 – D
- 39 – B
- 40 – A
- 41 – C
- 42 – E
- 43 – B
- 44 – D
- 45 – B
- 46 – A
- 47 – E
- 48 – D
- 49 – E
- 50 – A
- 51 – C
- 52 – E
- 53 – A
- 54 – D
- 55 – B
- 56 – E
- 57 – A
- 58 – C
- 59 – E
- 60 – A
- 61 – A
- 62 – B
- 63 – A
- 64 – C
- 65 – A
- 66 – C
- 67 – A
- 68 – D
- 69 – D
- 70 – D
- 71 – C
- 72 – C
- 73 – A
- 74 – E
- 75 – E
- 76 – C
- 77 – E
- 78 – A
- 79 – B

- 80 – A
- 81 – B
- 82 – E
- 83 – C
- 84 – D
- 85 – B
- 86 – C
- 87 – A
- 88 – D
- 89 – E
- 90 – C

VERSÃO 4

87º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2010

- 01 – B
- 02 – E
- 03 – B
- 04 – C
- 05 – D
- 06 – A
- 07 – D
- 08 – C
- 09 – A
- 10 – E
- 11 – C
- 12 – E
- 13 – B
- 14 – C
- 15 – A
- 16 – C
- 17 – E
- 18 – A
- 19 – D
- 20 – B
- 21 – B
- 22 – D
- 23 – B
- 24 – A
- 25 – C
- 26 – E
- 27 – B
- 28 – D
- 29 – B
- 30 – A
- 31 – E
- 32 – D

- 33 – E
- 34 – A
- 35 – C
- 36 – E
- 37 – A
- 38 – D
- 39 – B
- 40 – E
- 41 – A
- 42 – C
- 43 – E
- 44 – A
- 45 – A
- 46 – B
- 47 – A
- 48 – C
- 49 – A
- 50 – C
- 51 – A
- 52 – D
- 53 – D
- 54 – D
- 55 – C
- 56 – C
- 57 – A
- 58 – E
- 59 – E
- 60 – C
- 61 – E
- 62 – A
- 63 – B
- 64 – A
- 65 – B
- 66 – E
- 67 – C
- 68 – D
- 69 – B
- 70 – C
- 71 – A
- 72 – D
- 73 – E
- 74 – C
- 75 – C
- 76 – E
- 77 – B
- 78 – D
- 79 – B
- 80 – E
- 81 – D

24/04/11

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

89

24/04/11

82 – E
83 – C
84 – C
85 – D
86 – E
87 – B
88 – A
89 – B
90 – A

(25/05)